

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

**UM MODO DE
CONSTRUIR
A DEMOCRACIA E A
PARTICIPAÇÃO**

**José Bernardo Toro A.
Nisia Maria Duarte Werneck**

MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UM MODO DE CONSTRUIR A DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO

c. UNICEF- Brasil, 1996.

c. Jose Bernardo Toro e Nisia Maria Duarte Furquim Werneck

**Anexo 1: 7 Aprendizajes Basicos para la Educacion en la Convivencia Social-
Educando para hacer posibles la vida y la felicidad**

c. FUNDACION SOCIAL- Bogotá- Colômbia. 1993

c. Jose Bernardo Toro

**Anexo 2: La Escuela: El Primer Espacio de Actuación Publica del niño: criterios y
observacions para la formacion de hábitos ciudadanos.**

c. FUNDACION SOCIAL- Bogotá- Colômbia. 1993

c. Martha C. Rodriguez G.

**Anexo 3: Decisiones para el xito scolar - Lo que enseña la xperiencia y la
investigación en educación**

c. FUNDACION SOCIAL- Bogotá- Colômbia. 1993

c. Jose Bernardo Toro y Martha C. Rodriguez G.

Ficha Catalográfica

INTRODUÇÃO

Construir uma cultura e uma ética democráticas, fundadas nos Direitos Humanos com o objetivo de assegurar a vida digna para todos, é o maior desafio que o Brasil e a América Latina se propuseram na última década do século XX e o grande projeto a realizar, desde já, para o século XXI.

Mas a Democracia é como o Amor: não pode ser comprada, não pode ser decretada, não pode ser imposta. A Democracia só pode ser vivida e construída. Por isso ninguém pode nos dar a Democracia. **A Democracia é uma decisão**, tomada por toda uma sociedade, de construir e viver uma ordem social onde os Direitos Humanos e a vida digna sejam possíveis para todos. No Brasil esta decisão foi assumida e explicitada nos primeiros artigos da Constituição Brasileira.

A Democracia não é um partido político, não é uma ciência, nem uma religião; a Democracia é uma forma de ver o mundo, é uma cosmovisão, que parte do suposto de que fazer possíveis e cotidianos os Direitos Humanos é o que justifica todas as atividades de uma sociedade (políticas, econômicas, culturais, financeiras, educativas, familiares, etc.).

Em outras palavras, a **Democracia é uma Ética**, se chamamos de Ética a **capacidade de criar e escolher uma forma de viver, capaz de fazer possível a vida digna para todos**. A Democracia é uma forma de construir a liberdade e a autonomia de uma sociedade, aceitando como seu fundamento a diversidade e a diferença.

Construir a ética democrática significa fazê-la possível e cotidiana e para isto é preciso a participação e a vontade de todos os membros de uma sociedade. A criação de uma cultura e uma ética democráticas requer a mobilização social, entendida como a convocação livre de vontades. A mobilização social é uma forma de construir na prática o projeto ético proposto na constituição brasileira: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

O propósito deste documento é sugerir, comentar e indicar critérios e formas sobre como conceber, como planejar e como organizar uma mobilização social para construir entre todos os brasileiros o projeto ético proposto na Constituição.

O trabalho está fundamentado na experiência e na metodologia de mobilização social desenvolvida pela Fundación Social da Colômbia. Esta metodologia foi aplicada e ampliada no Brasil desde finais de 1993, no Pacto de Minas pela Educação, no Paraná, no Mato Grosso e, recentemente, no Estado do Ceará.

Muitas pessoas fizeram possíveis estas experiências de mobilização no Brasil. A todas elas, nosso reconhecimento e gratidão. A nossas famílias nossos agradecimentos, por seu apoio e compreensão.

PARTE I

MOBILIZAÇÃO SOCIAL: CONCEITOS BÁSICOS

1- O que é Mobilização Social

A mobilização social é muitas vezes confundida com manifestações públicas, com a presença das pessoas em uma praça, passeata, concentração. Mas isso não caracteriza uma mobilização. A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos.

Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados.

Participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha. Por isso se diz convocar, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças.

Convocar **vontades** significa convocar discursos, decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para um **ato de paixão**, para uma escolha que “contamina” todo o quotidiano.

Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, **um propósito comum**, por isso é um **ato de razão**. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente.

Como falamos de **interpretações e sentidos também compartilhados** reconhecemos a mobilização social como um **ato de comunicação**. A mobilização não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações. **O que dá estabilidade a um processo de mobilização social é saber que o que eu faço e decido, em meu campo de atuação quotidiana, está sendo feito e decidido por outros, em seus próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos.**

2- Horizonte Ético da Mobilização Social

O horizonte ético é aquilo que dá sentido a um processo de mobilização.

Uma das formas como um país explicita seu horizonte ético, seu projeto de nação, é através da sua Constituição. Nela ele define seu projeto de futuro, suas escolhas. Quanto mais participativo tiver sido o processo de sua elaboração, mais estas escolhas refletirão a vontade de todos e serão por todos compartilhadas.

**Constituição da
República Federativa do Brasil**

Art. 1o. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em um Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I. a soberania;**
- II. a cidadania;**
- III. a dignidade da pessoa humana;**
- IV. os valores do trabalho e da livre iniciativa;**
- V. o pluralismo político.**

Parágrafo Único: Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição.

Neste artigo, o primeiro da nossa Constituição, está consagrada a nossa escolha pela Democracia, tendo como fundamentos, entre outros, a cidadania e a dignidade humana. É necessário, então, buscarmos um entendimento preciso sobre o que significam estas opções.

2.1-Compreensão do conceito de cidadania e dos princípios da democracia

?? **Toda ordem de convivência é construída, por isso é possível falar em mudança.** As ordens de convivência são construídas, não são naturais. O que é natural é a nossa tendência a viver em sociedade.

Os gregos se tornaram capazes de criar a democracia a partir do momento que descobriram que a ordem social não era ditada pelos deuses, mas construída pelos homens. Vislumbraram assim a possibilidade de construir uma sociedade cujo destino não estivesse fora dela, mas nas mãos de todos os que dela participavam.

Quando as pessoas assumem que têm nas mãos o seu destino e descobrem que a construção da sociedade depende de sua vontade e de suas escolhas, aí a democracia pode tornar-se uma realidade.

“Toda ordem social é criada por nós. O agir ou não agir de cada um contribui para a formação e consolidação da ordem em que vivemos. Em outras palavras, o caos que estamos atravessando na atualidade não surgiu espontaneamente. Esta desordem que tanto criticamos também foi criada por nós. Portanto- e antes de converter a discussão em um juízo de culpabilidades- se fomos capazes de criar o caos, também podemos sair dele.” *Bernardo Toro*

No Brasil já não acreditamos na ordem emanada dos deuses, já não temos um ditador e cada vez fica mais impessoal o “eles” a quem responsabilizamos pela nossa realidade. Mas ainda insistimos em pensar e agir como se a situação em que vivemos fosse obra do outro. Eduardo Gianetti da Fonseca fala até de um “paradoxo do brasileiro”.

“O paradoxo do brasileiro é o seguinte: cada um de nós isoladamente tem o sentimento e a crença sincera de estar muito acima de tudo isso que aí está. Ninguém aceita, ninguém aguenta mais, nenhum de nós pactua com o mar de lama, o deboche e a vergonha da nossa vida pública e comunitária. O problema é que, ao mesmo tempo, o resultado final de todos nós é exatamente isto que aí está!” *Eduardo Gianetti da Fonseca*

Não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos é, ao mesmo tempo, nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir. É não assumirmos o nosso destino, não nos sentirmos responsáveis por ele, porque não nos sentimos capazes de alterá-lo. A atitude decorrente dessas visões é sempre de fatalismo ou de subserviência, nunca uma atitude transformadora.

A formação de uma nova mentalidade na sociedade civil, que se perceba a si mesma como fonte criadora da ordem social, pressupõe compreender que os “males” da sociedade são o resultado da ordem social que nós mesmos criamos e que, por isso mesmo, podemos modificar.

A convivência social, por não ser natural, requer aprendizagens básicas que devem ser ensinadas, aprendidas e desenvolvidas todos os dias. Esta é uma tarefa de toda a vida de uma pessoa e de uma sociedade.

As 7 aprendizagens básicas para convivência social

As 7 aprendizagens básicas para a convivência social, segundo J. B. Toro (1993), são:

- ?? **Aprender a não agredir o semelhante:**
fundamento de todo modelo de convivência social.
- ?? **Aprender a comunicar-se:**
base da auto-afirmação pessoal ou do grupo.
- ?? **Aprender a interagir:**
base dos modelos de relação social.
- ?? **Aprender a decidir em grupo:**
base da política e da economia.
- ?? **Aprender a cuidar de si:**
base dos modelos de saúde e seguridade social.
- ?? **Aprender a cuidar do entorno:**
fundamento da sobrevivência.
- ?? **Aprender a valorizar o saber social:**
base da evolução social e cultural.
- ?? *Obs: veja no anexo 1 um texto que trata de cada uma destas aprendizagens.*

?? A Democracia é uma ordem social que se caracteriza pelo fato de suas leis e suas normas serem construídas pelos mesmos que as vão cumprir e proteger. **A democracia é uma ordem auto-fundada.**

Nem toda ordem de convivência é democrática. A monarquia é uma ordem de convivência, mas não é democrática. Nela um monarca, que, por laços de sangue ou divindade, se coloca fora, separado da sociedade, diferente dos outros, cria as leis e as normas que vão reger aquela sociedade. Ele cria a ordem social e aos súditos (*sub ditos*:, submetidos ao que o outro diz) cabe obedecer essas normas. É por isso que na monarquia comemora-se quando nasce o filho do rei, porque a continuidade da ordem está assegurada.

A ditadura também é uma ordem social, mas não é democrática. Nela o ditador, ou seu grupo, por força das armas, se coloca acima da sociedade e dita as normas sobre como ela deve pensar e agir. A ordem também vem de fora, sua fonte é externa à sociedade que deve cumpri-las.

Na democracia a ordem social se produz a partir da própria sociedade. Nela as leis são criadas, direta ou indiretamente, pelos mesmos que as vão cumprir e proteger. A convivência democrática começa quando uma sociedade aprende a auto-fundar a ordem social. E isso deve ser ensinado e aprendido.

?? Por isso, **a democracia é uma cosmovisão**, o que quer dizer que ela é uma forma de ver o mundo. Uma forma que aceita cada pessoa como fonte de criação de ordem social. A democracia não pode ser imposta, tem que ser quotidianamente construída. Ela é fruto da decisão de uma sociedade, que acredita que é possível criá-la, a partir de uma unidade de propósito e do respeito pelas diferenças.

A democracia não é um partido político, não é uma matéria, é uma decisão que se fundamenta em aceitar o outro como igual em direitos e oportunidades. Por isso, a democracia supõe a construção da equidade social, econômica, política e cultural.

?? Porque a ordem democrática é uma ordem construída, **não existe um modelo ideal de democracia que possamos copiar ou imitar**. Podemos aprender com outras sociedades que constroem sua própria ordem democrática, mas é nossa a responsabilidade de criar nossa própria democracia.

Esse princípio é chamado de “incerteza” e é fundamental para uma sociedade que quer ser produtiva econômica e socialmente, porque se opõe à tradição de “ser como os outros”.

?? **O conflito é constitutivo da convivência democrática.** Na democracia não existem os inimigos, mas os opositores: pessoas que pensam diferente, querem buscar os objetivos de outra forma, tem interesses distintos dos meus, que muitas vezes conflitam com eles, mas com as quais posso discutir e consensar metas comuns, colocadas acima das divergências. Para a democracia, a paz não é a ausência de conflito. A paz é o resultado de uma sociedade que é capaz de criar e aceitar regras para dirimir conflitos sem eliminar o outro nem física, nem social, nem psicologicamente.

Na democracia, o público, o que convém e interessa a todos, se constrói e se fortalece na sociedade civil. A força do público e das instituições públicas tem origem no fato de que eles sintetizam e representam os interesses, contraditórios ou não, de todos os setores da sociedade.

A partir deste conceito de democracia podemos desenvolver o conceito de cidadão. No Brasil o cidadão tem sido confundido com o voto. Cidadão seria aquele que vota. Mas o voto é um direito do cidadão, não é o que o define como tal.

Cidadão é a pessoa capaz de criar ou transformar, com outros, a ordem social e a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar.

2.2-Como podemos definir a Dignidade Humana?

A dignidade humana tem uma definição básica, consensada entre os diversos países, expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 de novembro de 1948). Ainda que não haja modelo ideal de democracia, **toda ordem democrática está orientada a proteger e fortalecer os Direitos Humanos** (fundamentais, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais) **e a proteger e desenvolver a vida.**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o projeto de humanidade que nosso século concebeu e uma de suas contribuições mais originais. Nos séculos passados, alguns países, como os Estados Unidos na sua Constituição (1787) e a França na Declaração dos Direitos do Cidadão (1789), haviam definido os direitos humanos, mas eram experiências, isoladas, de cada país. Nunca na História, um número tão grande de países foi capaz de atingir um consenso quanto à relevância e quanto ao conteúdo deste tema, como expresso nesta Declaração. Reúne direitos que possuímos simplesmente por sermos da espécie humana, anteriores a toda distinção, a toda ação cultural, econômica ou política, a toda característica étnica, etc.

Ao incorporarmos aos direitos garantidos na nossa Constituição a íntegra da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Título II- Dos Direitos Fundamentais, artigo 5o.) e declararmos a dignidade humana um dos fundamentos de nossa nação e de nosso modelo de democracia, nos comprometemos com a formulação de um projeto de desenvolvimento que não seja exclusivamente econômico, mas que seja baseado nos Direitos Humanos e que contribua para transformá-los de projeto ético em um projeto público, em uma visão de mundo, um discurso, uma decisão e uma ação.

3- Para que a Mobilização Social?

**Constituição da
República Federativa do Brasil**

Art. 3o. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária;**
- II. garantir o desenvolvimento nacional;**
- III. erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;**
- IV. promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.**

Ao definirmos estes objetivos estamos nos comprometendo com dois desafios:

?? Como nos converter em um país produtivo internacionalmente com equidade interna, ou seja, como tornarmo-nos um país competitivo, em uma economia globalizada, sem pobreza interna.

?? Como construir uma ordem democrática, a “sociedade livre, justa e solidária”, que expresse o nosso modelo de Democracia, criado e construído por nós.

?

Devemos responder simultaneamente a estes dois desafios, construir ao mesmo tempo nosso modelo de Democracia e de desenvolvimento. Estes desafios exigem múltiplas respostas: políticas, econômicas, sociais, educativas, etc. As maneiras como o país se propõe a responder a esses desafios constituem o seu projeto de nação e fornecem critérios e parâmetros para a decisão sobre algumas questões como, por exemplo, que competências precisa desenvolver, que valores pretende preservar, que novas práticas pretende adotar, etc.

Esses mesmos desafios é que devem orientar o projeto de futuro de cada um dos estados e de cada um dos municípios. Uma cidade, uma categoria profissional, cada pessoa, todos devem também buscar responder às perguntas

básicas: como pretendem se inserir no país, como vão contribuir e participar da resposta do país a estes desafios.

Funcionam também como critério para se avaliar a legitimidade e a validade dos processos de mobilização. Todo processo de mobilização deve ter como meta contribuir para o alcance destes objetivos, o que faz da Constituição Brasileira a sua fonte de validade e legitimidade.

Um país se converte em nação quando responde propositivamente aos desafios que a história lhe coloca.

Para responder propositivamente a esses desafios é preciso considerar alguns conceitos:

- ? Conceito de cidadania e de democracia, tratado no ítem 2.1.
- ? Conceito de produtividade, fundamentado na idéia de riqueza.
- ? Conceito de público, como aquilo que convém a todos, construído a partir da sociedade civil e não do Estado.

3.1- Produtividade

Tradicionalmente tratamos a produtividade do ponto de vista da economia e da produção. Mas, ser uma sociedade produtiva não é apenas ter mais empresas que produzam mais bens e serviços que tenham bons preços no mercado, mas produzir **racional e adequadamente** os bens e serviços que permitam **uma vida digna para todos**.

Esses bens não são apenas de natureza econômica, por isso é a sociedade que tem que ser produtiva e não apenas as suas empresas. Uma sociedade deve ser produtiva em diversos níveis. No nível social e político, por exemplo, ela deve ser capaz de criar instituições públicas que sejam eficientes e beneficiem a todos. No nível cultural, ser uma sociedade produtiva significa ser capaz de assegurar educação de qualidade para todos, produzir ciência e tecnologia que contribuam para a solução de nossos problemas, etc.

Por isso a produtividade não é um problema só dos empresários. Fazer um país, um estado ou um município produtivo é também tarefa dos políticos, das lideranças, dos pais e mães de família, dos educadores, dos trabalhadores, enfim, de todos os cidadãos.

Essa definição de produtividade não trata apenas da capacidade de produzir dinheiro, mas de produzir riqueza. É a riqueza que possibilita a vida digna para todos. A riqueza beneficia a toda a sociedade. Não adianta produzir dinheiro se o custo desta produção é a pobreza e a miséria de muitos, se ela

gera a destruição do meio-ambiente, se compromete as perspectivas de futuro de uma nova geração (uma das maiores riquezas de uma sociedade).

Uma “Ciência da Riqueza”

Renato Caporali Cordeiro *

A ciência econômica teve grande responsabilidade na difusão de uma enganadora noção da verdadeira natureza da riqueza de uma sociedade. Apesar de saber que a riqueza eram os bens e comodidades que possui um indivíduo, entre o que evidentemente incluem-se os recursos naturais, os economistas estavam mais preocupados com o valor (preços) que esses bens adquirem no mercado. O fenômeno da troca, pelo qual os bens circulam numa economia, parecia o verdadeiro objeto de estudo da ciência econômica. Assim, repetiu ao longo dos séculos a maior parte dos economistas, a economia se interessa pelo valor das coisas (valor de troca), não pelas coisas em si (pelo valor de uso).

O problema surge quando se tenta compreender a natureza do valor de troca. Se afastarmos sutilezas da discussão teórica peculiar a toda ciência, ficará claro que o valor de troca é determinado pela utilidade e pela escassez, ou vendo por outro lado, pelo custo, pela dificuldade, pelo trabalho gasto para produzir. Assim, Léon Walras, um dos maiores economistas e criador da teoria do equilíbrio, dizia claramente que a água abundante na beira do lago não é riqueza, já que não tem valor. Se tornar escassa e passar a ter valor, tornar-se-á riqueza para a ciência econômica. John Stuart Mill disse o mesmo do ar puro: gratuito, proporcionado pela natureza, não é riqueza; se tivermos que trabalhar para fazê-lo novamente puro, terá se tornado riqueza. Legiões de teóricos repetiram essa tese contraditória. A tese é contraditória porque a riqueza de uma sociedade não é a escassez dos bens que dispõe. Riqueza é abundância, não falta.

Não deveria impressionar que uma tal teoria tenha fundado uma concepção do processo econômico onde a inflação é um fato absolutamente natural, senão necessário para o bom funcionamento do sistema. Talvez não seja mera coincidência que essa ciência tenha sido radicalmente conivente com a destruição do meio ambiente (como recentemente admitiu o Presidente do Banco Mundial), e que só tenha percebido seu erro quando o processo destrutivo começou a se mostrar mais claramente como dilapidação da riqueza futura. Começa-se agora a perceber que o escasseamento de recursos que são a base da riqueza leva a um aumento de custos que nenhum benefício traz, e que apenas leva à diminuição da riqueza social.

Uma “Ciência das Riquezas” tentaria trilhar outro caminho teórico. Ela se preocuparia com a manutenção e o incremento da base de recursos que formam a riqueza de todos, bem como se inquietaria com a redução na sua oferta. Examinaria atentamente os recursos disponíveis em abundância num país, tentaria articulá-los o melhor possível em um processo de produção sustentável a longo prazo, para o maior número de pessoas possível. Uma sociedade não será rica se essa riqueza estiver ao alcance de apenas poucas pessoas. Ganhar dinheiro pode, de fato, ser o esporte preferido dos indivíduos numa sociedade capitalista. E, como se ganha tanto mais dinheiro quanto mais elevado for o valor do produto que se vende, os indivíduos podem ver com otimismo o escasseamento dos bens que têm para vender. Mas, do ponto de vista da sociedade, o importante é a disponibilidade dos bens, não o seu custo.

* Autor de “Da Riqueza das Nações à Ciência das Riquezas”- SP, Edições Loyola, 1995

3.2- Participação

A participação, em um processo de mobilização social, é ao mesmo tempo meta e meio. Por isso, não podemos falar da participação apenas como pressuposto, como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Ela de fato o é. Mas ela cresce em abrangência e profundidade ao longo do processo, o que faz destas duas qualidades (abrangência e profundidade) um resultado desejado e esperado.

Considerá-la como meta e meio significa:

- ?? **Considerar a participação como um valor democrático:** Como já foi dito, toda ordem social é construída pelos homens e mulheres que formam a sociedade. A ordem social não é natural e cada sociedade é que constrói sua ordem social. Porque ela não é natural é possível falar em mudanças. Quando a sociedade começa a entender que é ela que constrói a ordem social, vai adquirindo a capacidade de auto-fundar a ordem social, de construir a ordem desejada, vai **superando o fatalismo** e percebendo a participação, a diferença e a deliberação de conflitos como recursos fundamentais para a construção da sociedade. A participação deixa de ser uma estratégia para converter-se em ação rotineira, essencial. Neste sentido, **a participação é o modo de vida da democracia.**
- ?? **Considerar a abrangência desta participação como valor e sinal democrático:** Não é possível desenhar, nem saber como será a ordem de convivência democrática e de produtividade sem a participação ativa de toda a sociedade. Não se trata de ser construída uma ordem social por quem acha que sabe fazê-lo para que os outros se integrem a ela. Trata-se de construir com todos, inclusive com os pobres, uma ordem social onde todos possamos conviver e ser produtivos econômica, política, cultural e socialmente. Uma sociedade é democrática e produtiva quando todos os que dela participam podem fazer competir organizadamente seus interesses e projetar novos futuros. A exclusão de um setor pode ser definida como a impossibilidade de fazer competir os seus interesses frente a outros interesses. Para uma dinâmica de mobilização social é preciso acreditar que existe sempre alguma coisa que uma pessoa pode fazer para que os objetivos sejam alcançados, que todos têm como e porque participar. Por exemplo, na Campanha da Fome, uma das contribuições mais comoventes e que dá uma medida do alcance desta campanha em termos de mobilização, veio das detentas do Presídio Talavera Bruce, que abriram mão de algumas refeições em benefício da campanha.
- ?? **Considerar a participação de todos como uma necessidade para o desenvolvimento social:** A participação é uma aprendizagem. Se conseguimos hoje nos entender, decidir e agir para alcançar alguma coisa (como a melhoria da escola do bairro), depois seremos capazes de construir e viabilizar soluções para outros problemas (como a preservação de um área verde ou a melhoria do trânsito). Podemos ainda nos articular com

outros grupos para desafios maiores, como o fim da violência, o combate ao desemprego, etc. Aprendemos a conversar, a decidir e agir coletivamente, ganhamos confiança na nossa capacidade de gerar e viabilizar soluções para nossos problemas, fundamentos para a construção de uma sociedade com identidade e autonomia.

3.3- O conceito de público

A América Latina e a América do Norte foram ambas conquistas religiosas, mas de conteúdos diferentes. Lá, chegaram fiéis, aqui chegou a Igreja, seus padres e bispos. Lá chegaram cidadãos em busca de uma terra para viver, aqui chegou um governo em busca de riquezas para explorar. Lá chegou a sociedade civil, aqui chegaram instituições; e a sociedade civil, fonte geradora do “público”, ainda está se construindo. Por isso existe entre nós tanta confusão entre o que é do governo e o que é público.

Por exemplo: a escola pública é a escola de todos e não a escola do governo, os espaços públicos são espaços de todos e não espaços do governo e assim por diante. O resultado da confusão que fazemos é ficarmos, muitas vezes, esperando que o governo cuide do que nós, coletivamente, deveríamos cuidar. Encaramos coisas e atitudes como dádivas e favores do governo, não como coisas públicas, conquistas e direito da sociedade.

A construção do público a partir da sociedade civil exige o rompimento com essa tradição e o compromisso com uma nova atitude de responsabilidade, de desenvolvimento da capacidade de pensar e agir coletivamente e de respeito às diferenças.

A CONSTRUÇÃO DO PÚBLICO A PARTIR DA SOCIEDADE CIVIL COMO PROPÓSITO DA INTERVENÇÃO SOCIAL

**José Bernardo Toro A.
Fundacion Social
Bogotá, 1994**

1 - Em 1815, Simon Bolívar, exilado na Jamaica, escreveu ao Duque de Manchester sobre o que ele considerava os 4 problemas das sociedades desmembradas do império espanhol (*).

?? A duvidosa viabilidade de sociedades sem cidadãos.

?? O círculo vicioso de ter que manter a ordem através do paternalismo político.

?? A precariedade do consenso e a ilegitimidade das elites.

?? O conservadorismo inevitável de uma sociedade civil sem bases populares.

Hoje, como há 180 anos, esses problemas permanecem sem solução e todos estão relacionados com a mesma questão: construção do “Público”. A construção da cidadania, de uma ordem social auto-fundada, a existência de consensos coletivos estáveis que facilitem a globalidade e a participação ativa dos setores populares fazendo competir seus interesses são o resultado da construção do público a partir da sociedade civil.

2 - Entendemos a construção do público como a construção do que convém a todos, como resultado de uma racionalidade genuinamente coletiva. Um dos problemas de nossas sociedades reside no fato de que “o coletivo não se rege por uma racionalidade coletiva, mas pelo cruzamento aleatório de racionalidades privadas ou semi-públicas” (H.Gomez B).

3 - A democracia é uma ordem construída onde as leis, as normas e as instituições são criadas pelas mesmas pessoas que as vão cumprir e proteger. A democracia é uma ordem auto-fundada. A auto-fundação da democracia supõe que é a sociedade civil quem funda, quem constrói o “Público”. A força das instituições públicas e das leis que regem as relações da sociedade depende de que ambas reflitam o interesse dos cidadãos. Quando a sociedade civil se organiza, quando os indivíduos se constituem em sujeitos sociais, buscam que o “Público” (o que convém a todos) surja da deliberação e da participação de todos, que o “Público” reflita a comunidade e a sociedade civil. Quando isso ocorre, vêem seus interesses representados no “todo geral”, no Estado e a ação pública é apoiada pela sociedade e se torna transparente.

4 - Quando o “Público” não reflete, não representa os interesses de toda a sociedade (desconhece ou exclui os diferentes setores da sociedade), o “Público” se distancia da sociedade e as instituições públicas perdem credibilidade e autoridade. A governabilidade de uma sociedade provém da capacidade que tenham as instituições de refletir os interesses contraditórios de todos os setores sociais. A fortaleza do Estado surge de sua capacidade de refletir toda a sociedade. Quando reflete só uma parte (e, portanto, é excludente), o Estado é frágil.

5 - A democracia supõe a presença do conflito de interesses entre os diferentes setores, mas supõe que esses conflitos possam ser superados através da deliberação, da participação e da “negociação e consenso” transparente, para alcançar benefícios comuns que se expressam em forma de programas, leis e instituições que obrigam e servem a todos (o Público).

6 - Para enfrentar os problemas enunciados por Simon Bolívar, da Jamaica, devemos trabalhar:

?? Para criar e formar cidadãos, quer dizer, pessoas capazes de criar e fundar com outros a ordem social desejável para todos. E empenharmos para criar espaços para que a cidadania se exerça. O paternalismo político só é superável através de uma sociedade que tenha a possibilidade de construir suas instituições políticas a partir da sociedade civil. Isso significa passar de uma lógica social de adesão ao poder a uma lógica de deliberação e competição de interesses que, através do consenso e de acordos define o que convém a todos. É assim que se constrói uma ordem democrática estável e o consenso legítimo.

?? Fortalecer o tecido social através da criação e desenvolvimento das organizações dos setores populares para que eles possam fazer competir seus interesses em igualdade de condições e dentro de regras iguais para todos.

Alexis de Tocqueville atribui o desenvolvimento dos EUA à capacidade que tem a sociedade norte-americana de se associar, de se organizar. Segundo ele, esta é a mestra de todos os saberes sociais.

* Ver Iglesias, Henrique, “El verdadero desafio de America Latina: Reduzir la pobreza y consolidar la Democracia”, no Seminário “Hacia un enfoque integrado del Desarrollo, La Ética, la Economía y la Question Social”. BID, Washington, 1994.

PARTE II

ESTRUTURAÇÃO E PLANEJAMENTO DE UM PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

1- Dimensões Básicas Para Estruturar Um Projeto De Mobilização

1.1- A explicitação dos propósitos da mobilização - a formulação de um imaginário

Esse é o primeiro passo no planejamento de um processo de mobilização social: a explicitação de seu propósito. Esse propósito está diretamente ligado à qualidade da participação que será alcançada.

Esse propósito deverá estar expresso sob a forma de **um horizonte atrativo, um imaginário “convocante”** que sintetize de uma forma atraente e válida os grandes objetivos que se busca alcançar. Ele deve expressar o sentido e a finalidade da mobilização. Ele deve tocar a emoção das pessoas. Não deve ser só racional, mas ser capaz de despertar a paixão. “A razão controla, a paixão move” (*Bernardo Toro*).

Um imaginário validamente proposto é, ao mesmo tempo, uma fonte de hipóteses que provê as pessoas de critérios para orientar a atuação e para identificar alternativas de ações.

Alguns exemplos de imaginários na história antiga e recente:

- ?? O imaginário proposto por Moisés e descrito por Isaías: “Vamos para um terra onde jorram leite e mel”. “Uma terra boa e espaçosa onde habitarão juntos o lobo e o cordeiro e o leopardo deitar-se-á ao lado do cabrito, o bezerro e o leãozinho pastarão juntos e um menino os poderá tanger.” Esse imaginário, essa possibilidade de uma terra de fartura e de paz, foi capaz de mobilizar o povo israelita e durante séculos manteve unido o povo judeu, apesar da diáspora.
- ?? O imaginário que mobilizou o povo japonês depois da II Guerra Mundial: “Vamos conquistar pelo mercado quem nos derrotou pelas armas”.
- ?? O imaginário proposto por Kennedy para mobilizar os EUA frente ao atraso científico e tecnológico em relação à URSS, quando ela pôs em órbita o Sputnik (1957) “Na próxima década vamos levar um homem a pisar na Lua”. Esse imaginário orientou não apenas a corrida espacial, mas quase todo o ensino, a pesquisa e os investimentos da sociedade norte-americana durante 12 anos e, em 1969, um americano pisava na Lua.
- ?? O imaginário proposto por Betinho na “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”: uma sociedade que, pela solidariedade, vence a fome e a miséria, o fim de uma sociedade indiferente. No Natal de 93 a proposta era de que nenhuma família passasse fome naquela noite. Os mais diversos segmentos da sociedade se mobilizaram para aplacar a fome de milhões de pessoas.

É importante ainda que esse propósito reflita um certo consenso coletivo.

Podemos definir o consenso como a escolha e construção de um interesse compartilhado. Podemos dar diversos nomes ao interesse que selecionamos: propósito, meta, missão, visão, estatuto, ata, convênio, capítulo, pacto, etc.

Esse consenso não é um acordo em que as pessoas negam suas diferenças, mas em que elas são preservadas e respeitadas. As pessoas não estão necessariamente de acordo entre si, mas de acordo com alguma coisa, com uma idéia, que é colocada acima de suas divergências. Ele é a expressão de um exercício de convivência democrática.

A mobilização social não é uma oportunidade de conseguir pessoas para ajudar a viabilizar nossos sonhos, mas de congregar pessoas que se dispõem a contribuir para construirmos juntos um sonho, que passa a ser de todos. Se esse sonho excluir alguém, esse alguém não vai se comprometer e vai buscar atacar, desestimular e destruir o movimento e a disposição dos outros para agir.

“A participação será mais assumida, livre e consciente, na medida em que os que dela participem perceberem que a realização do objetivo perseguido é vital para quem participa da ação e que o objetivo só pode ser alcançado se houver efetiva participação.”

“Rede: Estrutura alternativa de organização” - Chico Whitaker

O imaginário enuncia uma forma de futuro por construir, contém elementos de validade formais (históricos e científicos) e, nesse sentido, é uma fonte de hipóteses para ação e o pensamento. É um critério para orientar e avaliar os múltiplos esforços e as decisões que se requer para convertê-lo em realidade. É um horizonte perceptível. Deve trazer referências que tornem possível a cada um responder às perguntas: em que medida o que estou fazendo contribui para alcançar esse objetivo? O que mais posso fazer?

Isso o diferencia de um simples “slogan” ou campanha publicitária, ainda que em termos de divulgação sejam necessários esses elementos comunicativos. Uma diferença fundamental é que o “slogan” não se constitui em uma referência sobre o que precisa ser feito no presente. “Um slogan não pode substituir as informações efetivas, que as pessoas necessitam para se mobilizarem”, alertou Rosa Maria Torres, em seu artigo *“Sem todos pela Educação, não há Educação para todos”*.

1.2- Os Atores que dão início a um processo de mobilização social

Um processo de mobilização social tem início quando uma pessoa, um grupo ou uma instituição decide iniciar um movimento no sentido de compartilhar um imaginário e o esforço para alcançá-lo.

Por isso, esses papéis que estamos apresentando não são necessariamente desempenhados por **uma** pessoa. Algumas pessoas ou instituições podem estar juntas desempenhando um destes papéis, outras vezes uma mesma pessoa ou instituição desempenha mais de um ao mesmo tempo. O importante é que alguém esteja fazendo isto, com as preocupações, os critérios e os valores aqui discutidos.

1.2.1- Produtor Social

Entende-se por Produtor Social a pessoa ou instituição que tem a capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra. Uma Secretaria de Estado, uma instituição pública ou uma entidade privada, uma pessoa ou um grupo podem ser produtores sociais. O Produtor Social é responsável por viabilizar o movimento, por conduzir as negociações que vão lhe dar legitimidade política e social

O Produtor Social tem a intenção de transformar a realidade, tem certos propósitos de mudança e se dispõe a apresentar e compartilhar esses propósitos com as outras pessoas, que vão ajudá-lo a explicitá-los, ampliá-los e, é claro, a alcançá-los. Para isto ele precisa ter uma certa legitimidade, seja própria, seja conferida por alguém ou por algum princípio, senão é difícil que ele consiga a credibilidade necessária no primeiro momento. Ao longo do processo esta legitimidade vai crescer ou diminuir, refletindo a qualidade da sua gestão do processo.

É essencial que o Produtor Social seja visto não como dono, mas como precursor de um movimento que reflete uma preocupação e um desejo de mudança compartilhado. Para isto é preciso que ele:

?? Respeite e confie na capacidade das pessoas de decidirem coletivamente sobre suas escolhas e estimule o desenvolvimento destes comportamentos- Esses comportamentos contradizem uma tradição brasileira que tem suas origens no período colonial e com a qual precisamos romper. Raymundo Faoro, em seu livro “Os Donos do Poder”, escreveu sobre a monarquia brasileira: “Essa monarquia, acostumando o povo a servir, habituando-o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo de liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa. (...) Tudo é tarefa do governo, tutelando os indivíduos, eternamente menores, incapazes ou provocadores de catástrofes, se entregues a si mesmos”.

Esta visão infantilizou as pessoas. Aliada a uma situação em que o que contava era ser “amigo do rei” e que fez da troca de favores um hábito natural na prática da política, gerou uma cultura de adesão e não uma cultura de deliberação. As pessoas se acostumaram a não analisar, não avaliar e não decidir suas posições, mas a aderir às posições de outros, normalmente dos que estão no poder.

Para passarmos de uma cultura de adesão para uma cultura de deliberação e para nos tornarmos verdadeiros cidadãos é fundamental o reconhecimento incondicional da capacidade de decisão e ação das pessoas. Só assim elas se sentirão seguras e dispostas para decidir e agir por sua própria conta.

?? **Acredite na importância de se liberar a energia, a criatividade e o espírito empreendedor das pessoas e das coletividades.** A democracia e a produtividade estão relacionadas com mentalidades proativas. E essa mentalidade não é natural, tem que ser educada: é preciso aprender a passar de uma ordem recebida para uma ordem produzida. O exercício da criatividade e da proposição de soluções fazem parte dessa aprendizagem.

“ O homem, ao contrário dos animais, não é informado por seus impulsos e instintos sobre **o que tem que fazer**. Mas o homem moderno, ao contrário dos homens de épocas passadas, é o único que não possui tradições que lhe digam **o que deveria fazer**. De modo que agora ele está perdido. Não sabendo o que tem de fazer nem o que deveria, acontece com frequência que ele não sabe mais **o que realmente quer fazer**. O resultado é que ele apenas deseja fazer **o que os outros estão fazendo** - conformismo- ou ele simplesmente faz **o que os outros lhe dizem que faça** - totalitarismo.”

Viktor Frankl

O preenchimento desse vazio é um dos desafios do nosso tempo e tem que ser respondido quotidianamente, a partir de nossas escolhas e decisões, do desenvolvimento e do respeito a nossos valores pessoais e coletivos.

O importante é que o Produtor Social contribua para que sejam criadas as condições para a evolução de uma posição reativa (fatalista frente aos problemas), para uma posição proativa (ver os problemas como situações a serem trabalhadas, como oportunidades de ação, ver na busca de soluções um desafio estimulante).

?? **Seja capaz de interpretar a nossa realidade social.** Isto exige que ele conheça a sociedade, seus valores, seus significados, suas prioridades. Requer ainda que ele conheça a Constituição do Brasil e seja capaz de interpretá-la como expressão de um projeto de nação, do ponto de vista da comunicação e da mobilização.

?? **Seja capaz de orientar um editor** na produção de materiais adequados, tenha conhecimento das possibilidades e dos limites da comunicação social

como instrumento de mobilização. Frequentemente não são alcançados os objetivos em um processo de mobilização porque se super-estima a capacidade dos veículos e da comunicação de massa. É preciso saber situar bem esse papel para que se tire deles o melhor proveito.

?? Tenha **conceitos claros** de democracia, cidadania, público e participação, de modo, inclusive, a contribuir para gerar imagem social positiva para os reeditores mais fracos, possibilitando-os fazer competir seus interesses em igualdade de condições.

?? **Seja sensível e tolerante** para conseguir trabalhar com as redes de reeditores, sem burocratizá-las, convertendo-as em redes autônomas, doadoras de sentido próprio.

Veja no anexo 4 um quadro que ajuda a entender o conceito de rede, comparando-o com o modelo de estrutura em pirâmide, mais comum em nossa sociedade

1.2.2- Reeditor Social

? Esse termo, cunhado por Juan Camilo Jaramillo (1991) designa uma pessoa que, por seu papel social, ocupação ou trabalho tem a capacidade de readequar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos, com credibilidade e legitimidade. Dito de outra forma, é uma “pessoa que tem público próprio”, que é reconhecido socialmente, que tem a capacidade de negar, transformar, introduzir e criar sentidos frente a seu público, contribuindo para modificar suas formas de pensar, sentir e atuar. Os educadores são reeditores ativos. Por sua profissão e pela credibilidade que têm frente a seus alunos podem legitimamente introduzir, modificar ou negar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos. Um pároco, um gerente, um líder comunitário também são, pelas mesmas razões, reeditores.

O reeditor é diferente dos chamados “multiplicadores”. Ele não reproduz um conteúdo o mais próximo possível da forma como o recebeu, mas o interpreta e amplia para adequando-o naturalmente ao seu público. A qualidade de seu trabalho não é medida pela fidelidade ao conteúdo original, mas pelo enriquecimento da mensagem, pela sua adequação, através do uso de códigos, valores e experiências próprios daquele grupo, pelo correto entendimento dos propósitos e sentidos e pela participação que gerou.

O reeditor é diferente também do militante tradicional. Ele atua no seu cotidiano. O campo de atuação do militante é o mundo. O reeditor crê no convencimento de cada um, o militante crê na conversão, na adesão. A atuação do militante reforça os comportamentos de sociedades caudilhistas, que está sempre se perguntando quando virá alguém para acabar com “isso”, que trata os problemas como “desordem”, que dependem de alguém que restabeleça a ordem. O reeditor reforça o conceito de democracia e de cidadania, de uma sociedade que constrói sua própria ordem.

1.2.3- O Editor

O Produtor tem a intenção de convocar os reeditores a produzirem modificações em seu campo de atuação. Por isso a mobilização requer que as mensagens sejam editadas, quer dizer, que se convertam em formas, objetos, símbolos e signos adequados ao campo de atuação do reeditor para que ele possa usá-los, decodificá-los, recodificá-los segundo sua própria percepção.

O Editor (pessoa ou instituição) é o profissional desse tipo de comunicação. O êxito da mobilização participada depende da forma como se introduza a mensagem e se chegue ao campo de atuação do reeditor; o qual possui uma cultura própria, conhece profundamente seu campo de atuação e tem uma cosmovisão própria. Como estruturar as mensagens, que códigos são necessários para que a mensagem seja compreendida e absorvida pelo reeditor e para que ele possa convertê-la em uma forma de sentir, de atuar e de decidir em função do imaginário? Essas são as perguntas às quais o Editor deve dar respostas. É evidente que quanto melhor o seu conhecimento sobre o campo de atuação do reeditor, maiores as possibilidades de êxito no seu trabalho.

1.2.4- As relações entre o Produtor Social e os Reeditores

O Produtor Social começa seu trabalho identificando quais são os reeditores que, em seu campo de atuação, podem contribuir para aprofundar e viabilizar as metas a que se propõe a mobilização. Não é possível fazer uma mobilização se não podemos localizar no tempo e no espaço os reeditores que podem atuar e contribuir para seus objetivos.

Uma vez localizados, é preciso conhecer o campo de atuação do reeditor, para provê-lo de compreensões, de alternativas de ações e decisões que irão ajudá-lo, no primeiro momento, a responder à pergunta: o que eu posso fazer no meu campo de atuação, no meu cotidiano? Com o tempo, ele mesmo vai descobrir novas formas de atuar e participar.

Cabe, ainda, ao Produtor, assegurar aos reeditores os instrumentos que ele precisa para atuar: material de divulgação para começar o trabalho, contatos que possam facilitar seu acesso aos meios de comunicação, etc. É bom lembrar que esses materiais e contatos não têm a função apenas de divulgar as idéias do movimento, mas eles são importantes porque contribuem para dar segurança aos reeditores e legitimar o seu discurso perante os outros.

1. 3- Campo de Atuação

Muitas pessoas estão dispostas a participar de um processo de mudança, proposto no imaginário, se lhes respondemos a seguinte pergunta: “Como eu posso participar, aqui em meu campo de trabalho, no que faço todos os dias”?

Não se faz mobilização social com heroísmo. As mudanças são construídas no cotidiano por pessoas comuns, que se dispõem a atuar coletivamente, visando alcançar propósitos compartilhados.

Para que as pessoas se disponham a participar e descubram sua forma de contribuir é preciso que:

- ?? Tenham informações claras sobre os objetivos, as metas, a situação atual e as prioridades da mobilização a cada momento. Esse é um dos objetivos da comunicação social no apoio a um movimento.
- ?? Sintam-se seguras quanto ao reconhecimento, valorização e respeito à sua forma de ser e de pensar. Ninguém está disposto a correr risco de ser incompreendido e rejeitado.
- ?? Sintam a confiança dos outros participantes quanto à sua capacidade e possibilidade de contribuir para o alcance dos objetivos.

Pode ser que no primeiro momento, os reeditores, grupos ou pessoas precisem de apoio para identificar possíveis formas de atuação. É o problema do **campo de atuação**.

Por isso um projeto de mobilização deve fornecer:

- ?? Compreensões adequadas ao campo de atuação de cada participante: explicações sólidas sobre os problemas a resolver, situações a criar ou modificar, sentido e finalidade das decisões a tomar e das ações a seguir em seu campo diário de trabalho.
- ?? Indicações das decisões e ações que estão ao alcance das pessoas dentro de seu campo de atuação e trabalho e a explicação de como e porquê contribuem ao propósito buscado.

Esse repertório de sugestões deve ser suficientemente claro, aberto e estimulante para que, no momento seguinte, as pessoas descubram e inventem novas formas de participar e não se acomodem nem se sintam manipuladas ou com sua autonomia comprometida.

A proposta de compreensões, atuações e decisões supõe que os líderes institucionais, os produtores sociais da mobilização conheçam a fundo o campo de atuação e os papéis próprios dos diferentes profissionais e atores que podem participar da mobilização: o que pode fazer um professor frente a um grande propósito de melhoria do ensino é diferente do que pode fazer um supervisor.

Todo processo de mobilização requer que o reeditor faça modificações específicas em seu campo de atuação. Todo reeditor, por sua ocupação, profissão ou trabalho tem um “campo” ou “espaço” de atuação que lhe é próprio. A esse campo concorrem fatores, conceitos e decisões; alguns que são modificáveis por outros atores. Por exemplo, o campo de atuação do professor é a sala de aula. Ali concorrem fatores físicos, conceitos, atuações e decisões de diferentes tipos. Alguns são modificáveis por ele: o conteúdo da aula, a programação do tempo, seu comportamento verbal, a metodologia, a motivação e a auto-estima dos alunos, etc. Outros fatores que estão incidindo no mesmo campo não são modificáveis pelo professor: a arquitetura da sala, o calendário escolar, a disponibilidade dos textos, o estado nutricional dos alunos. Esses que o professor ou professora não podem modificar podem ser modificados por outros atores (Secretário de Educação, etc). A exequibilidade de uma mobilização está relacionada com a possibilidade de propor ao reeditor a modificação de variáveis e fatores que estão sob seu domínio quotidianamente e explicitar as relações que podem ser estabelecidas entre essas ações e o imaginário proposto.

Resumindo, é preciso que as propostas de atuação:

?? sejam claras e realistas,

?? respeitem os limites da atuação de cada um, mas não sejam conservadoras, que contribuam para abrir caminhos para novas visões,

?? não sejam explicitadas e/ou percebidas como cobrança, como responsabilização,

?? sejam estimulantes.

Esse é um dos principais aspectos a serem considerados. A explicitação de decisões, percepções e ações possíveis tem como objetivo ajudar a cada um a se ver no movimento, a descobrir como pode e quer participar e contribuir para que os objetivos sejam alcançados.

Obs: Tendo a escola como campo de atuação e com base nas pesquisas disponíveis, os quadros a seguir são exemplos de um projeto de mobilização, elaborado e realizado pela Fundação Social, para a melhoria do ensino básico na Colômbia. Mostram a análise das compreensões e decisões que os educadores (como reeditores) podem modificar. Também mostra as variáveis que influem no campo de atuação do professor, mas que devem ser modificadas por outros atores.

Quadro 1: Decisões políticas, administrativas, técnicas e operacionais segundo os possíveis responsáveis.

Reeditores	Campo de Atuação	Compreensões e Decisões a Serem Mobilizadas
Prefeito	Município	?? Plano de desenvolvimento municipal orientado para o projeto de nação explicitado na Constituição: cidadania e desenvolvimento como sinalizadores e indicadores de metas educativas. ?? Atuar como Produtor Social
Secretaria de Educação do Município	Município	?? Definição de indicadores das metas educativas, segundo o Plano de Desenvolvimento. ?? Definir e consensar com os diretores de núcleo as metaseducativas, segundo o nível de desenvolvimento de cada núcleo. ?? Alocação de recursos para os investimentos e a formação requerida. ?? Difusão e coletivização das metas. ?? Estruturação e validação da rede de comunicação para a mobilização. ?? Atuar como Editor Social.
Diretor de Núcleo	Núcleo Educativo	?? Definir as metas educativas para o núcleo, de comum acordo com os diretores. ?? Definir com os diretores a formação requerida para o alcance das metas. ?? Estruturar a rede de comunicação com seus diretores e professores. ?? Atuar como reeditor com os diretores, supervisores e orientadores.
Supervisores e Orientadores	Escolas que supervisiona	?? Apoio técnico e acadêmico para implementação do plano de ação da sua área de atuação. ?? Apoio e assessoria aos diretores para o planejamento da sua escola. ?? Apoio aos educadores para o sucesso da formação. ?? Recolher e processar as informações.
Diretores de Escola	Escola que dirige	?? Elaborar com os educadores o planejamneto de sua escola, em coerência com o plano municipal. ?? Definir as metas a serem alcançadas, segundo negociação com as outras instâncias. ?? Definir a formação requerida para o alcance das metas. ?? Atuar como reeditor na sua escola.
Professores	Salas de aula, turmas para as quais leciona	?? Condução democrática das aulas. ?? Comportamento verbal democrático na sala de aula. ?? Trabalhar para o alcance da aprendizagem por todos os alunos. ?? Atuar como reeditor.

Fonte: J.B. Toro (1992). *La Calidad de la Educación Primaria. Medios de Comunicación Massiva y Comunidad Civil: El Proyecto "Primero mi primário para Triunfar" en BOLETIN UNESCO-OREALC, n.28, Santiago de Chile,p.98.*

Quadro 2- Compreensões e Decisões que devem ocorrer conjuntamente para a melhoria qualitativa do curso primário, segundo categorias de Reeditores que decidem e atuam no processo educativo.

Categorias de Reeditores	Compreensões e Decisões a Serem Mobilizadas
<p>1- Adultos que atuam como agentes educativos imediatos.</p> <p>Reeditores: Diretores de Escola, professores, supervisores, etc.</p> <p>Participação: modificam comportamentos cotidianos (ações e decisões)</p>	<p>a) Nomear os melhores professores para o primeiro e segundo ano, para que todas as crianças tenham sucesso desde cedo.</p> <p>b) Aproveitar ao máximo a duração do ano escolar para melhorar o tempo e as oportunidades de aprendizagem das crianças.</p> <p>c) Passar tarefas escolares adequadas e atrativas, que podem ser feitas com as aprendizagens e informações da aula e outras possíveis segundo o nível sócio-econômico das crianças.</p> <p>d) Atuar sempre com expectativas positivas sobre as crianças, para que elas adquiram um auto-conceito positivo.</p> <p>e) Dar atenção aos cadernos, como a primeira obra escrita das crianças. Cuidado especial na seleção de textos. Promover a leitura em casa.</p> <p>f) Planejar um ensino rico e atrativo em conteúdos e atividades.</p> <p>g) Distribuir as crianças de rendimento diferente nos cursos paralelos. Não colocar as crianças de baixo rendimento em uma sala só.</p> <p>h) Planejar atividades escolares e extra-escolares levando em conta os grupos de amigos: concursos, campeonatos, festas, etc.</p> <p>i) Entender a avaliação como a observação contínua das crianças para ver se todos estão aprendendo bem e no tempo certo aquilo que devem aprender.</p> <p>j) Respeitar as diferentes etnias e tradições culturais.</p>
<p>2- Adultos que atuam através do Estado:</p> <p>Reeditores: Legisladores, Administradores, Secretários de Educação, Prefeitos.</p> <p>Participação modificam a inversão de recursos (decisões)</p>	<p>a) Adequação da infra-estrutura física das Escolas.</p> <p>b) Garantir serviços públicos de água, luz, calçamento, sanitários, pátios de recreio, etc nas Escolas.</p> <p>c) Dotar as Escolas de textos e materiais, respeitando etnias, línguas e tradições culturais.</p> <p>d) Bibliotecas Escolares.</p> <p>e) Capacitação docente.</p> <p>f) Mobiliário escolar.</p> <p>g) Pagamento dos professores nas próprias escolas para evitar perder dias de aula para receber.</p> <p>h) Transporte escolar ou localização adequada das escolas.</p> <p>i) Uso de pesquisas e levantamento de informações para tomar decisões.</p> <p>j) Adequado sistema estatístico.</p> <p>k) Sistema de comunicação interna ao Sistema Educacional.</p>
<p>3- Adultos da sociedade civil</p> <p>Reeditores: pais de família, profissionais, empresários, intelectuais, jornalistas, opinião pública em geral.</p> <p>Participação: modificam sua opinião (forma de sentir)</p>	<p>a) Valorização do trabalho do professor do primário.</p> <p>b) Não atribuir à criança o fracasso, mas ao Sistema de Ensino e às condições criadas pelos adultos.</p> <p>c) Desenvolver uma percepção coletiva da criança. Não basta que nossos filhos estejam bem, é preciso uma preocupação coletiva pelo êxito escolar de todas as crianças.</p> <p>d) Valorização e preocupação com o prestígio da educação pública. Nela estuda a maior parte das crianças.</p> <p>e) Criação de outros espaços sociais para a vida infantil e juvenil (clubes, praças de esportes, revistas, bibliotecas, etc).</p> <p>f) Valorização de todas as etnias e diferenças culturais.</p> <p>g) Participar, acompanhar e vigiar as decisões curriculares.</p>

Fonte: J.B. Toro (1992). *La Calidad de la Educación Primária. Medios de Comunicación Massiva y Comunidad Civil: El Proyecto "Primero mi primário para Triunfar" en BOLETIN UNESCO-OREALC, n.28, Santiago de Chile,p.98.*

1.4- Coletivização

A coletivização é o sentimento e a certeza de que aquilo que eu faço, no meu campo de atuação, está sendo feito por outros, da minha mesma categoria, com os mesmos propósitos e sentidos. É ela que dá estabilidade a um processo de mobilização social.

A comunicação é um importante instrumento de coletivização, mas não é o único.

Podemos citar como exemplo a experiência de atendimento à saúde infantil, da Pastoral da Criança. O sistema se baseia na atuação de líderes comunitárias, que realizam o acompanhamento das crianças de sua comunidade. Ao final do curso preparatório, elas recebem um diploma, uma agenda de acompanhamento (o “Caderno da Líder Comunitária”) e uma camiseta silkada com o símbolo da Pastoral. Esta camiseta é uma das formas de coletivizar a ação das líderes. Ao vestirem esta camiseta elas se sentem e são percebidas pela comunidade como participantes de um grupo muito maior, que transcende a comunidade, que legitima a sua ação e lhe confere um reconhecimento social. Elas se sentem conectadas, “coletivizadas”, desenvolvem um sentimento de pertinência.

Uma das formas de se alcançar a coletivização é através da circulação de informações, da divulgação do que está acontecendo nas diversas frentes. O que distingue a coletivização da simples divulgação é seu compromisso com os resultados. A divulgação tem um objetivo muitas vezes promocional ou meramente informativo. O resultado esperado é que as pessoas saibam, tenham conhecimento desta informação. No caso da mobilização, o foco é no compartilhamento da informação (não simplesmente na sua circulação) e o resultado desejado é que as pessoas formem opiniões próprias, se disponham a agir e ajam. É mais, que se sintam donas dessa informação, repassem-na, utilizem-na e se tornem elas próprias fontes de novas informações. Para o sucesso de uma mobilização é preciso que todos que dela participam tenham um comportamento comunicativo, tenham interesse e disposição para consumir e fornecer informações.

Muitas vezes os veículos e os tipos de material que serão utilizados na coletivização são os mesmos de uma campanha de divulgação ou de publicidade mas, certamente, seu conteúdo e forma serão diferentes, porque estarão orientados a outro tipo de compromisso.

1.5- Acompanhamento de resultados: definição de critérios e indicadores

Um processo de mobilização requer ainda que sejam identificados critérios e indicadores que permitam a cada pessoa saber se seu entorno e se todo o campo de ação do movimento estão mudando na direção desejada.

Estes critérios e indicadores devem ser discutidos e definidos de uma forma democrática, evitando privilegiar, através deles, um ou outro aspecto isolado do movimento.

A informação decorrente de seu acompanhamento deve ser sempre divulgada para todos que participam e para a sociedade em geral.

Muitas vezes é difícil dar visibilidade social aos resultados, mas é muito importante conseguir encontrar formas de fazê-lo. Eles são importantes para manter aceso o entusiasmo dos que estão participando, estimular a ampliação dos participantes e argumentar com os possíveis financiadores do movimento.

IMPORTANTE

Estas quatro dimensões básicas de um processo de mobilização social, o imaginário, o campo de atuação, a coletivização e o acompanhamento, devem ser construídos e operados simultaneamente. A ausência de qualquer um deles tem consequências diferentes: oferecer só imaginário é demagógico ou gera apenas angústia nas pessoas; só as atuações e decisões, sem imaginário, conduzem a ativismos passageiros ou movimentos sem rumo, se não há coletivização ou acompanhamento por indicadores se produz o desinteresse.

1.6- Uma experiência de mobilização social

CAMPOS ALTOS: A OPÇÃO DE UMA COMUNIDADE

Imaginário
página 19

No ano de 94 a rotina de muitas crianças da Campos Altos mudou. Em vez de acordar cedo para acompanhar os pais nos caminhões que levam os trabalhadores para a apanha do café nas fazendas da região, fato normal no período de maio a setembro, eles acordaram cedo para passar um dia inteiro na escola. É que Campos Altos despertou e resolveu dar um basta em um dos maiores problemas da educação no município: a evasão escolar em função da colheita do café. A história desse despertar e da caminhada em direção à solução é uma lição de cidadania e respeito aos direitos das crianças.

A Consciência Do Problema - O primeiro ataque à evasão veio em 1993 através ainda de uma ação do governo. Crescia

o número de crianças nas ruas, “vadiando e mendigando”. O Prefeito decidiu implementar um programa de atendimento a essas crianças. Elas se comprometiam a freqüentar a escola em um dos períodos e no outro faziam parte de uma “brigada”, coordenada por um funcionário aposentado da Prefeitura, que capinava as ruas da cidade. Ao final do mês cada criança recebia meio salário mínimo como remuneração. A condição para ingresso e permanência no programa era a freqüência à escola.

Em abril de 94, a proximidade do início da colheita do café preocupava. Sabia-se que esse programa não seria suficiente para conter o movimento que, nos anos anteriores, levava até 1/3 das crianças a abandonarem a escola. Além disso, o número de crianças fora da escola, que não haviam sido matriculadas, e o índice de repetência eram elevados.

O Prefeito e a Secretária Municipal de Educação participaram em 20 e 26 de abril de 94 de duas reuniões em Belo Horizonte, sobre o Pacto de Minas pela Educação e viram nele uma possibilidade de tratar os problemas que já haviam detectado. Decidiram, então, lançar em Campos Altos uma semente desse movimento.

Mobilizando toda a Comunidade - No dia 3 de maio foram programados vários eventos voltados para a educação. Durante o dia, no Clube Social, Dolores Cunha, coordenadora do Programa de Qualidade Total da Secretaria de Educação, fez uma palestra para os professores e diretores da rede municipal e estadual. Falou sobre os princípios da Qualidade Total e introduziu alguns temas do Pacto de Minas pela Educação.

À noite, na sede do Rotary Clube, foi feita uma reunião com representantes de entidades, professores, pessoas que se interessaram, quando souberam que o assunto era educação. Da lista de presença, com setenta e poucas assinaturas, além de professores, diretores e supervisores constam desde o presidente da Cooperativa de Produtores de Café ao diretor do Clube Social, o pessoal da maçonaria e da Casa Espírita, da Folia de Reis e dos colegiados das escolas, alguns vereadores, o pároco, diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e representantes dos órgão públicos como a EMATER e a CEMIG, associações comunitárias e do Comitê da Ação de Cidadania contra a Fome e a Miséria. Um grupo grande e representativo saiu de casa para conversar, ouvir e falar sobre Educação. Era sinal de terra fértil, de uma disposição inicial, de interesse pelo assunto.

Reeditores
página 23

A reunião começou com uma palestra, uma exposição do que era o Pacto de Minas pela Educação, de seus objetivos e

propósitos. Foi dada uma ênfase muito grande ao compromisso ético que temos com a geração das crianças de hoje, para assegurar melhores oportunidades e condições para o seu futuro. Um compromisso de ética e de cidadania. As pessoas ouviam mais ou menos caladas, alguns comentários de pé de ouvido. No final, nos debates, as conversas de sempre. Uma diretora que falava das dificuldades, um professor que reclamava do salário, um cidadão que reafirmava a importância da educação e a necessidade de ação. De repente, uma ruptura. Uma pessoa levantou e falou, desiludida e conformada, que tudo era muito bonito, que o discurso era interessante, mas que na hora da realidade era diferente. A colheita do café estava chegando e os meninos iriam largar a escola mesmo, para ajudar os pais no cafezal. Era como se o triste destino das crianças de Campos Altos já estivesse traçado e fosse definitivo. A primeira reação foi de perplexidade, de cochichos concordando, uma certa censura por ter sido rompido um outro pacto, um pacto de silêncio. Havia caído uma parede que ocultava a verdade. Mas, aos poucos, a denúncia da distância entre o discurso e a prática, ao invés de contaminar de desânimo e conformismo as pessoas que ali estavam, despertou-as, explicitou uma certa hipocrisia e feriu os brios de cidadãos que começaram a reagir. Um produtor rural levantou-se e disse: “Eu entendi. Na minha fazenda este ano nenhuma criança vai apanhar café e eu vou fazer o que for preciso para que isso não aconteça”. Outras pessoas começaram a concordar, algumas levantavam dificuldades, outras tomando consciência de que a realidade podia ser diferente, que eles podiam fazê-la diferente. As dificuldades eram citadas, mas na mesma hora apareciam sugestões de solução. Ninguém pensando especificamente no seu filho ou no seu vizinho, mas nas crianças de Campos Altos, na construção imaginária de um horizonte diferente de um cafezal, para elas e para a cidade.

No dia seguinte, 4 de maio de 94, uma reunião na Prefeitura discutia a evasão escolar na colheita do café. Presentes o Prefeito, o pessoal da educação, produtores e trabalhadores rurais, lideranças, o pároco. A educação havia conquistado um lugar importante na agenda de Campos Altos.

Segundo a ata de reunião, “foi feito um diagnóstico simples das causas que induzem as crianças a evadirem das escolas durante a colheita do café, resultando ainda no aumento da repetência em Campos Altos”. Tentou-se um levantamento do número de crianças, mas só duas escolas conheciam seus números. Decidiu-se, então, por uma reunião com os pais e a comunidade, em cada uma das escolas mais afetadas. A primeira seria na Escola Amélia Franco, no dia 6. Dia 9 fariam uma avaliação e nos dias 10 e 11 as reuniões seriam nas

outras escolas. No dia 12, uma nova reunião no Rotary, já para acertar as ações.

As reuniões nas escolas serviram para derrubar um mito: a importância da renda das crianças para as famílias e o descaso das famílias com a educação. Segundo os depoimentos das mães, elas levavam os filhos para o cafezal “com o coração partido”. Sabiam que estavam comprometendo o seu futuro, mas, na sua maioria, não tinham com quem deixar. Outras vezes os maiorezinhos tinham que deixar a escola para ficar em casa cuidando dos menores. Abandonavam a escola na época da colheita, mas não participavam dela. A renda do trabalho das crianças era considerada pequena demais pelos pais e não compensava a preocupação com os filhos no caminhão ou soltos pelo cafezal.

O caminho estava aberto para uma ação que mobilizou a comunidade de Campos Altos. O movimento superou diferenças políticas. Produtores e trabalhadores saíam juntos pelas vilas alertando os pais. Reuniões de mães ajudaram a identificar aquelas que não iam para o cafezal e poderiam tomar conta dos pequeninos. No final eram cerca de 120 crianças que dependiam de uma solução. Foi decidido que elas ficariam nas escolas e lá receberiam alimentação e desenvolveriam atividades de reforço escolar e recreação. Os menores iam para as creches ou ficariam com vizinhas.

Foi uma “avalanche” de ações de solidariedade para garantir as condições para essa permanência. Os produtores, o Rotary, a maçonaria fizeram campanhas arrecadando alimentos para as “crianças do cafezal”. No comércio, o recibo dado pelos lojistas na compra dos alimentos destinados às escolas vinha com o campo “referente a” preenchido assim: “compra de.....para o almoço das crianças do Pacto pela Educação, porque lugar de criança é na escola”. Todos os dias a comunidade reafirmava sua crença no direito à educação. Escolas que não estavam com crianças cediam serventes para ajudar. Profissionais se ofereceram para dar aulas de reforço. O padre falava na missa e cedia o salão paroquial para algumas atividades. As histórias de apoio e solidariedade são muitas. Também são muitos os depoimentos de mães, pais e crianças, de reconhecimento e alegria.

Coletivização
página 29

Toda a mobilização conseguiu reduzir significativamente a evasão no período da colheita. Nas escolas municipais ela caiu de 30,98% em 92 para 15,15% em 93 e para 7,4% em 94.

Resultados
página 30

Ampliando os objetivos - No segundo semestre, um novo desafio: a repetência zero. Este foi conceituado como um horizonte ético, como o de um médico, que se dispõe sempre a salvar todos os doentes que passam por sua clínica, mesmo

sabendo que a morte é inevitável. Ele não considera aceitável que morram 10 ou 15% de seus pacientes. Ele quer 0%. Da mesma forma, a escola teria que ter a meta ética de nenhuma repetência e que cada vez que isso acontecesse fosse uma derrota para todos e não apenas uma falha das crianças.

Aulas de reforço, colaboração de colegas, profissionais liberais, criação de turmas especiais de recuperação fora do horário normal de aulas e novos resultados. Os índices de repetência caíram significativamente.

1995 - Lutando contra os profetas da catástrofe, que continuavam a achar que tudo era “fogo de palha”, a colheita de 95 encontrou a comunidade de Campos Altos pronta para agir e não permitir retrocessos. Novo movimento, novas metas e o desafio de sempre: Lugar de criança é na escola. Em julho de 95, uma marca de café produzida em Campos Altos lançava um adesivo, a ser afixado em sua embalagem: “Não foi utilizado trabalho infantil na produção deste café”.

Resultados
página 30

Em setembro de 95, a população de Campos Altos colocou na margem da rodovia, nas entradas da cidade, placas com os seguintes dizeres: “Você está entrando no município de Campos Altos, onde a comunidade se orgulha de não ter uma só criança de 7 a 14 anos sem estudar. Agora, o desafio é zerar a repetência”.

2- Modelo de Comunicação para Organizar, Orientar e Apoiar Um Processo de Mobilização

2.1- O papel e as funções da Comunicação

Toda mobilização social requer um projeto de comunicação em sua estruturação. A comunicação social tem contribuições importantes e fundamentais no processo de coletivização.

O projeto de comunicação de um processo de mobilização tem como meta o compartilhamento, o mais abrangente possível, de todas as informações relacionadas com o movimento, o que inclui desde os objetivos, as informações que justificam sua proposição, até as ações que estão sendo desenvolvidas em outros lugares, por outras pessoas, o que pensam os diversos segmentos da sociedade a respeito das idéias propostas, etc.

Tudo isso é condição para a mobilização, por uma série de justificativas:

- ?? Primeiro, por uma questão de **coerência**. Se as pessoas têm que ter autonomia, iniciativa e responsabilidade compartilhada, elas precisam e têm direito a ter acesso a toda a informação. É um direito e uma exigência para uma participação livre e consciente.
- ?? Através da divulgação dos propósitos da mobilização e das informações e dados que justificam seus objetivos, a comunicação social contribui para **ampliar as bases do movimento** dando-lhe abrangência e pluralidade. Essa é uma das condições de sucesso de uma mobilização e a diversidade só é alcançada onde há uma eficaz divulgação dos propósitos do movimento e de como dele participar.
- ?? Os reeditores ganham segurança quando têm acesso a essas informações. É uma oportunidade para que façam uma **verificação de pertinência** do que estão falando ou fazendo.
- ?? Essa divulgação contribui ainda para **reforçar e legitimar o discurso dos reeditores**. Quem o ouvir falando vai saber que ele não tirou aquilo do nada, que mais gente também está falando sobre isso. Esse é um ponto importantíssimo. Um reeditor que esteja participando de uma mobilização não pode se sentir sozinho, nem ser visto como uma voz isolada. Quando as pessoas vêem que aquelas idéias estão sendo compartilhadas por outros, elas se dispõem a ouvir melhor, não as rotulam com o “isso é coisa de fulano...” e passam a respeitar mais, são menos agressivas e resistentes. O reeditor, por sua vez, sente-se mais seguro, evita com mais facilidade os conflitos, porque não precisa ser tão enfático e contundente para chamar a atenção das pessoas, enfim, exerce a sua liderança com mais tranquilidade.
- ?? A **divulgação de ações e decisões dos diversos grupos**. Isso vai ajudar a pessoas e grupos a identificarem alternativas para suas próprias ações, formando um “**Banco de Idéias**”, que poderão ser copiadas e apropriadas por um maior número de pessoas. A experiência daqueles que estão mais adiantados no processo de transformação é um dos maiores incentivos e um

fator facilitador da adesão de novos participantes. Primeiro, porque eles vêem que é possível agir e conseguir resultados. Depois, porque, quando ainda não estão muito seguros sobre o que fazer, podem aproveitar as experiências de sucesso de outras pessoas ou grupos e assim “pegar impulso” para empreenderem sua própria caminhada.

?? Saber que outras pessoas estão também atuando, em outros lugares e setores, mas com o mesmo objetivo e sentido, contribui para desenvolver o sentimento de poder e autonomia das pessoas que estão participando da mobilização. É esse sentimento que chamamos de **coletivização**, que vai dar segurança de que será possível alcançar o objetivo proposto. Cada um sabe que o que pode fazer sozinho é pouco e, provavelmente, insuficiente para mudar a realidade, mas acredita na força da ação de todos. Por isso tem que estar seguro das razões de sua ação e de que os outros vão agir com o mesmo propósito.

A comunicação pode ser concebida e estruturada de diferentes formas, de acordo com o tipo de projeto e propósitos buscados. É o projeto ao qual pertence a comunicação que delimita seu modelo, forma, fins e os meios. Cada processo de mobilização participada requer um modelo de comunicação específico.

A efetividade da comunicação para a mobilização participada depende muito do conhecimento que se tenha do campo de atuação do reeditor. A existência de pesquisas e literatura sobre um campo de atuação facilita a classificação dos fatores que podem ser alterados, seja pelo comportamento do reeditor, seja pela atuação própria de outros atores, ou seja, para a definição do conteúdo da comunicação e da escolha dos veículos e canais que serão utilizados.

2.2- A Comunicação: uma classificação

Os modelos de comunicação podem ser classificados, pelo menos, em três grupos:

?? **A Comunicação de Massa:** dirigida às pessoas como indivíduos anônimos. Por sua natureza constrói-se sobre códigos “standarts” perceptíveis e decodificáveis por setores amplos da população. A publicidade é o melhor exemplo.

?? **A Comunicação Macro:** dirigidas às pessoas por seu papel, seu trabalho ou sua ocupação na sociedade. Constrói-se sobre códigos próprios de uma profissão ou ocupação. Os sistemas de comunicação de redes ou comunidades profissionais, os sistemas de educação continuada, são alguns exemplos. É também chamada comunicação segmentada.

?? **A Comunicação Micro:** dirigida a grupos ou pessoas por sua especificidade ou diferença. Não se constrói sobre códigos “standarts” mas sobre as características próprias e diferenciais do receptor. A comunicação entre um grupo de amigos, em uma junta diretiva, em um projeto de bairro ou

em uma sala de aula são alguns exemplos. É também chamada comunicação dirigida.

Os diferentes meios (rádio, TV, impressos, vídeo, fibra ótica, etc) podem ser usados em qualquer dos níveis anteriores, mas cada um desses níveis tem possibilidades distintas com relação à cobertura. Essas variáveis estão inversamente relacionadas: quanto maior a cobertura (comunicação massiva), menor a possibilidade de criar modificações estáveis (efetividade). Pelo contrário, a comunicação pessoal (nível micro) tem melhores possibilidades de efetividade. A comunicação macro combina a efetividade e a cobertura de uma forma específica. Isto não significa que um tipo de comunicação seja melhor que o outro. Em um projeto de comunicação participada, geralmente, os três tipos são necessários, ainda que a comunicação macro seja a fundamental. Por isso requer um melhor aprofundamento.

2.3- A Comunicação Macrointencional

A comunicação macrointencional parte de uma convocatória feita por um produtor social, dirigida a reeditores determinados, através de redes de comunicação direta, apoiada pelos meios de comunicação de massa e orientada para gerar modificações nos campos de atuação dos reeditores, em função de um propósito coletivo.

Na página seguinte encontra-se o Modelo de Comunicação Macrointencional (modelo lógico geral), proposto por Juan José Jaramillo.

É importante termos um conceito claro do que é um modelo, para que façamos dele o melhor uso.

Um modelo para ação articula as referências teóricas e o que aprendemos com as experiências já realizadas, fornecendo uma referência geral, um guia para a atuação, que deve poder ser ajustado para as condições locais e de cada momento.

Ele não é, portanto, uma “camisa-de-força”. Nem é estático. Um ator social pode estar, em um determinado momento, sendo público de um Reeditor e, em outro momento, sendo ele próprio um Reeditor. O modelo estabelece e caracteriza as relações, mas não as pereniza nem imobiliza.

Uma mesma pessoa ou instituição pode estar desempenhando, ao mesmo tempo, mais de um papel, e um mesmo papel pode estar sendo desempenhado por mais de uma pessoa ou instituição.

2.4- As Redes de Comunicação Direta

A comunicação macrointencional requer que o Produtor Social possa se comunicar diretamente com o Reeditor que quer convocar a mobilização e que o Reeditor possa se comunicar com o Produtor.

A comunicação macrointencional deve poder localizar, no tempo e no espaço, os Reeditores que pretende mobilizar, para poder fazer chegar a eles as mensagens e os instrumentos para sua atuação, em função do imaginário e dos objetivos propostos.

A comunicação macrointencional não supõe que o Produtor Social conheça pessoalmente o reeditor. Requer que ele possa localizá-lo, segundo seu papel e seu campo de atuação, para convocá-lo e alimentá-lo com mensagens e instrumentos para a atuação.

2.5- Os meios de comunicação de massa

Na comunicação macrointencional para a mobilização participada é necessário “posicionar” o imaginário e coletivizar a atuação dos reeditores. A força de convocação do imaginário depende de sua natureza e da difusão e ampla legitimidade que alcance, tanto para o reeditor como para a opinião pública. O reeditor necessita saber que os “outros” sabem que ele está fazendo modificações em seu campo de atuação em favor daquele imaginário e de determinados objetivos. Além disso, requer algum grau de certeza de que outros reeditores de sua mesma categoria estão modificando seu campo de atuação no sentido do imaginário e dos objetivos propostos (sentido de coletivização).

O apoio dos meios de comunicação de massa é fundamental para tornar possíveis esses aspectos.

2.6- A linha da comunicação

Porque toda mobilização é uma convocação de vontades, a comunicação que lhe é própria deve ser de natureza convocatória. Esse é um aspecto fundamental. A convocatória deve surgir da natureza e forma do imaginário e dos objetivos que a comunicação propõe. Ela é uma comunicação pública (que convém a todos), na medida em que se dirige a reeditores sociais legítimos. Por isso ela prescinde de instrumentos de coação nessa convocação e se fundamenta no compromisso autônomo do reeditor. Por isso é democrática.

Mesmo quando o objetivo for a divulgação de resultados e ações, a comunicação deve manter sempre essa linha de convocação, de convite, de abertura e valorização da participação de todos.

2.7-O papel dos líderes

Como a circulação de informações é fundamental para o funcionamento e crescimento de uma rede, esta é a função principal daqueles que promovem ou lideram um processo de mobilização. Eles são essencialmente facilitadores da intercomunicação e não dirigentes, comandantes ou coordenadores da rede. Podem se constituir em uma secretaria executiva ou um conjunto delas, em colegiados ou outra forma que for julgada adequada pelos produtores em seu início ou pelos participantes quando o processo ganhar fôlego. Tais estruturas, tenham o nome e o formato que tiverem, servem à rede, e, por isso, devem ter na qualidade, na isenção e eficácia do seu trabalho, sua fonte de legitimidade. O reconhecimento deste trabalho, de sua importância e da legitimidade dos que o executam é um dos fatores de sucesso de uma mobilização.

PARTE III

ALGUNS ASPECTOS QUE DEVEM SER LEVADOS EM CONTA EM UM PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

1- Como se desenvolve um processo de mobilização social

Um processo de mobilização passa por dois momentos. O primeiro é o do despertar do desejo e da consciência da necessidade de uma atitude ou mudança. O segundo é o da transformação desse desejo e dessa consciência em disposição para a ação e na própria ação.

Esses dois momentos podem estar acontecendo simultaneamente entre públicos diferentes. Enquanto um está “despertando”, o outro já está agindo e serve de referência e estímulo para quem está começando. Os argumentos que serão usados nessa primeira fase mudam ao longo do processo, tudo é vivo e dinâmico.

Na primeira etapa do despertar é preciso:

?? Dar informações para as pessoas para que elas tomem conhecimento da situação que precisa ser trabalhada.

?

? **Cuidado!**

? Aqui cabe um ressalva importante. Estamos falando de dar informação às pessoas que, a partir da informação recebida, vão decidir o que pensar e o que fazer. É preciso muito cuidado para não assumir nessa hora uma atitude de cobrança, de querer que o outro pense exatamente como nós. Temos que ser claros na informação para que cada um avalie e forme sua opinião. Não se trata de “conscientizar”, o que, na maioria das vezes quer dizer: “pense como eu”, “avalie como eu avalio”.

?

? Devemos transformar dados, experiências, estatísticas em informação pública, isto é, vinculá-los aos problemas que estamos trabalhando, fazendo um diagnóstico proativo, que aponte as dificuldades, mas sinalize com esperança e alternativas.

?? Essas esperanças e alternativas devem se expressar na criação de um imaginário que exprima o horizonte a ser alcançado, que torne visível a nova realidade decorrente do alcance dos propósitos da mobilização.

?? Acreditar que toda pessoa está sempre disposta a participar de um processo de mudança, se vê no seu objetivo um benefício, uma perspectiva de um mundo melhor para ela e para aqueles a quem se sente ligada.

?? Passar do desejo e da consciência de necessidade de mudança para a disposição para a ação significa passar de uma perspectiva individual para uma perspectiva coletiva. O “despertar” é individual, uma experiência única

de cada indivíduo. A ação é coletiva, segundo a escolha comum de todos esses indivíduos que se dispõem a atuar. Isso é importante, principalmente, porque, juntas, as pessoas se sentem poderosas o suficiente para alcançarem o imaginário proposto. Esse sentimento existe quando:

- ?? Elas estão seguras de sua autonomia para agir.
- ?? Elas sabem que outras pessoas estão, ao mesmo tempo, em outros lugares, de formas diferentes, desenvolvendo ações com o mesmo objetivo e sentido.
- ?? Elas enxergam o que podem fazer para contribuir no seu cotidiano, no seu ambiente de vida, com as pessoas que conhece e se identifica. É preciso que elas se vejam, que consigam explicitar e projetar ações e resultados com os quais elas possam se comprometer.
- ? Este é um ponto crítico do processo. É muito comum que as pessoas entendam as informações e se sintam dispostas a agir, mas têm dificuldade para identificar alternativas de ação. Se isto acontece, as informações podem simplesmente aumentar a sua angústia e até mesmo os seus conflitos com quem ela vê como responsáveis por agir, e não gerar mobilização, participação e solução.
- ? Por isso , um dos papéis de quem está articulando e promovendo uma mobilização é prover quem está entrando no processo de um repertório de possíveis ações e decisões, que transformem o incômodo que as informações despertaram nelas em contribuição efetiva para os objetivos propostos.
- ? Uma solução interessante é propor uma ação coletiva, uma campanha com finalidade específica, onde fique bem clara a ação a ser desenvolvida e a expectativa de cada um em relação aos outros. Esta atividade contribuirá para explicitar os objetivos, dar visibilidade aos primeiros resultados, posicionando a mobilização como um movimento de ação e não exclusivamente de reivindicação ou denúncia. É muito difícil que uma pessoa saia de uma reunião, de uma conversa ou de uma leitura disposta a sair fazendo alguma coisa por iniciativa própria. Depois de participar de uma primeira atividade em conjunto, ela estará mais disposta e segura para desenvolver outras ações, liderar um grupo, criar alternativas, assumir publicamente seu compromisso com uma idéia.

2- Como dar início ao processo

O planejamento e preparação de um processo de mobilização social começa com três atividades:

- ?? Estruturação das redes de Reeditores
- ?? Converter o imaginário em materiais e mensagens que possam ser usados no campo de atuação do Reeditor.
- ?? Estruturar os sistemas de coletivização

2.1- Estruturação das Redes de Reeditores

O primeiro passo no planejamento da mobilização é a identificação dos setores que precisam ser mobilizados e os reeditores que se relacionam com eles. Na página 27 o quadro 2 mostrou um exemplo de planejamento que definiu três áreas, segundo o tipo de contribuição e participação que cada grupo de pessoas poderia ter e listou sugestões de decisões e ações.

Nesta etapa está um dos pontos mais importantes para o sucesso da mobilização. É necessário ser preciso e considerar os pontos levantados no item 1.3, da Parte II, sobre o **campo de atuação**.

2.2- Preparação de materiais

Na coletivização serão utilizados materiais, produzidos, pelo menos no primeiro momento, por quem está tomando a iniciativa da mobilização.

Esses materiais não têm uma finalidade promocional, mas informativa e convocatória. Sua função é facilitar e dar sustentação às ações de divulgação dos propósitos, das alternativas de ação e dos resultados alcançados, estimulando o aumento da participação.

Por isso, eles devem ter algumas características:

- ?? Ser claro e objetivo no conteúdo e atraente na forma.
- ?? Ser “assinado” pelo movimento ou por vários de seus participantes (o que é de todos ou de muitos não é de ninguém em particular)
- ?? Ter um baixo custo de produção e ser facilmente reproduzível - prestar atenção no tamanho mais econômico, na facilidade para “xerocar”, etc.
- ?? Explicitar que não há necessidade de autorização para ser reproduzido. Isto funciona como estímulo para as pessoas darem divulgação ao texto, reproduzindo-o totalmente ou em parte, reinterpretando-o.
- ?? Ter espaço reservado para a assinatura de eventuais patrocinadores.
- ?? O acesso a eles deve ser facilitado ao máximo.

?? Não fornecer quantidades excessivas, mas assegurar o necessário. É uma forma de valorizar o material e de estimular as pessoas a viabilizarem sua reprodução.

?? Estimular para que, na medida do possível, sejam pensados e produzidos materiais dirigidos a cada um dos públicos, de uma categoria ou de uma região, com mensagens adequadas a seus valores, símbolos, experiências, enfim, seu jeito de se comunicar.

?? No caso de jornais e boletins, preocupar-se em facilitar o acesso nos dois sentidos, seja como leitor ou como fonte de novas informações.

?? Os cartazes e faixas são peças muito boas para “esquentamento”, tanto para decorar espaços que vão sediar reuniões quanto para a divulgação de idéias.

?

? (Veja no anexo 3 o texto de um folheto preparado pela Fundação Social da Colômbia no projeto “Primeiro meu primário...para triunfar!” que tem o título de “Decisões para o Êxito Escolar” destinado a prover as Diretoras de Escolas de alternativas de decisões e ações que podiam contribuir para os objetivos do projeto).

?

O comportamento comunicativo dos participantes vai possibilitar que sejam descobertos e criados canais e veículos que não seriam pensados convencionalmente.

No item 1.6 da Parte II foram citados alguns exemplos de veículos não convencionais que foram utilizados em Campos Altos, Minas Gerais, para mobilizar e dar visibilidade aos resultados alcançados: o recibo de venda de mantimentos, o selo em uma embalagem de café, uma placa de estrada.

2.3- O momento da convocação

Uma vez identificados os reeditores que precisam ser mobilizados, preparados os materiais básicos e o projeto de comunicação, é hora de dar início ao movimento.

Primeiro eles devem ser procurados, informados sobre os propósitos e as expectativas e receber o material básico que tiver sido preparado. O ideal é uma conversa individual, pelo menos com aqueles que forem mais significativos e cuja adesão for essencial para o sucesso do movimento. Por exemplo: no caso de uma mobilização na área de educação é importante conversar com as lideranças dos professores, dos pais e dos alunos, com os principais dirigentes do setor e com as lideranças de alguns setores não diretamente ligados com a educação, como centrais sindicais e entidades empresariais. Além desses, vale procurar as lideranças mais significativas na cidade e um contato com a imprensa local.

Quando estes estiverem informados e seguros sobre a idéia é hora de abrir mais o movimento.

Se a opção for a realização de uma reunião, o primeiro passo é listar os convidados. A lista será diferente em função dos propósitos e da abrangência pretendida, mas, mantidos os limites do bom senso, é melhor pecar pelo excesso. Tente identificar o maior número possível de reeditores. É muito comum que alguém que não foi chamado na primeira hora se sinta excluído e depois fique meio relutante em participar. Isso quando ele não criar explicações para o fato, contribuindo para criar uma imagem de que é um movimento de alguém, que restringe e escolhe quem pode ou não participar. O melhor é não correr este risco.

A partir daí, se tivermos tido sucesso na forma como foi apresentada a proposta, o movimento ganha rumo próprio. No primeiro momento é bom consensar uma ação bem concreta e de fácil visibilidade: uma campanha específica, um objetivo imediato. É que nesta hora as pessoas ainda estarão um pouco inseguras e querendo ver como será colocada em prática a proposta apresentada. Não dá para se ter uma receita e o único segredo é observar com rigor os princípios de autonomia e iniciativa na ação. E agir. Vale lembrar a frase de Antônio Machado: “Caminhante, não há caminho. O caminho se faz ao caminhar” . E complementá-la com São João da Cruz: “Se queres chegar a um lugar que não conheces, tens que pegar um caminho que também não conheces.” Não é fácil caminhar na obscuridade e na incerteza, nem construir seus próprios caminhos, mas os resultados são gratificantes.

Até aqui é possível planejar antecipadamente o trabalho e prepará-lo. Daqui para frente, o movimento ganha dinâmica e identidade próprias. Existem alertas e sinalizações, baseados na observação e análise da experiência de alguns movimentos e na busca constante de coerência. Alguns problemas e dificuldades acontecem com mais freqüência e vale a pena prevenir. Diante de qualquer dificuldade, a “receita” é lembrar de três coisas: quais são mesmo os propósitos da mobilização, o respeito à autonomia e iniciativa de todos e de cada um e a ampliação do movimento como solução para a maioria dos conflitos.

2.4- Sistematizar e registrar

Os processos de mobilização que não são registrados, não podem ser divulgados, nem servir de exemplos, positivos ou negativos.

É bom registrá-los enquanto processos, não apenas enquanto resultados. O processo encerra ensinamentos, mais do que os resultados por si.

2.5- Eventos e campanhas

A mobilização não se confunde com eventos ou campanhas, embora possa usar destas estratégias no seu processo.

O evento por si só não assegura mudanças, porque ele não tem correspondência no cotidiano. Aconteceu e acabou. Pode deixar um resíduo de sensibilidade para um problema, mas este se perde na retomada do dia a dia.

Mesmo um conjunto de eventos, seminários, oficinas, gincanas, passeatas, não equivale a um processo de mobilização. Pode estar acontecendo tudo isso e não estar ocorrendo um processo efetivo de mobilização.

A mobilização não se confunde com manifestação, não exige que as pessoas estejam fisicamente juntas, mas unidas por propósitos e sentidos comuns, orientados para uma ação.

O evento tem dois sentidos no processo de mobilização:

?? Enquanto momento de troca e difusão de informações.

?? Enquanto “liturgia”, isto é, como uma verificação pública, através de símbolos, onde manifestamos nossas crenças. Esse é um papel muito relevante, especialmente no início do processo e em certos momentos de seu desenrolar em que é preciso “renovar a nossa fé”, revitalizar nossos sentimentos e disposições.

A mobilização se concretiza quando os gestos, as crenças e as informações se consolidam, se propagam, se multiplicam e geram ações que concorram diretamente para os objetivos, em função dos quais está sendo proposta a mobilização.

Da mesma forma, a mobilização não é uma campanha com começo, meio e fim. Nas campanhas são definidos certos objetivos específicos e ela termina e se desfaz quando aquele objetivo é alcançado.

Mas, também as campanhas podem e, às vezes até devem, ser utilizadas como parte de um processo de mobilização. Elas são importantes nos primeiros momentos, porque contribuem para dar visibilidade imediata sobre objetivos e alternativas de ação. Voltam a ter seu lugar durante o processo, também como estratégia de “esquentamento”. Para que cumpra este papel, seu objetivo deve estar sempre relacionado com o imaginário proposto, a participação deve ser muito facilitada e seus resultados devem ser sempre amplamente divulgados.

3- Lidando com algumas dificuldades

3.1- Como romper com o fatalismo e a desesperança

As maiores barreiras para que uma pessoa ou grupo se disponham a agir são o fatalismo e a desesperança. O fatalismo acaba gerando e, de certa forma, justificando um certo cinismo, uma vez que por causa dele aceitamos conviver com situações que condenamos. Por isso o seu antídoto é o apelo ao compromisso, ao comportamento e aos valores éticos das pessoas. Mostrar e conseguir que as pessoas vejam que existem situações com as quais não podemos conviver, em relação às quais não devemos ser tolerantes.

Quanto à desesperança, o remédio é trabalhar o conceito de cidadania. É ele que vai aumentar a segurança, despertar a capacidade empreendedora coletiva e fazer com que as pessoas se sintam poderosas para produzir mudanças. E aí é só começar, os primeiros resultados vão reforçar e ampliar este sentimento.

3.2- Como romper com o “costume com a ruindade”

“Talvez o mais trágico na sociedade brasileira atual não seja a existência da desigualdade, da miséria e da violência. O mais trágico é a naturalidade com que todos nós convivemos com esta realidade”, escreveu Margarida Vieira em artigo intitulado “A banalização do mal”. (Estado de Minas, 25/09/95)

Anos antes, Caetano Veloso já cantava: “Enquanto os homens exercem seus podres poderes,/ morrer e matar de raiva, de fome e de sede,/ são tantas vezes/ gestos naturais”.

Esta é uma das maiores barreiras ao processo de mobilização: o “costume com a ruindade”, o sentimento de que sempre foi assim, que outros já tentaram (“eu já vi este filme”...).

Romper com este sentimento exige assumir o destino e a construção da ordem social. Aceitar que somos nós que a criamos, com nossas ações, nossas omissões e nossas permissões e delegações para que outros agissem por nós e que, por isso, podemos modificá-la.

A atitude de conformismo e de não indignação só é rompida quando assumimos nosso lugar enquanto cidadãos, construtores da ordem social. Por isso as informações e os argumentos de convencimento, de compartilhamento do imaginário, têm que ser dirigidos às pessoas enquanto cidadãos, pessoas físicas, solidárias na construção da realidade. Os sentimentos a serem despertados são de natureza ética e cidadã.

3.3- Como começar quando o imaginário não está muito claro

A resposta é: começando. Tendo um horizonte, alguns princípios, clareza dos conceitos básicos e dos valores, o imaginário vai se configurando aos poucos. Existem algumas fontes: a Constituição, as músicas, a literatura e, principalmente, muita conversa. O importante é tê-lo delineado, não necessariamente de maneira definitiva e precisa. No caso, por exemplo, do Pacto de Minas pela Educação, um movimento a favor da educação, começou-se tendo como imaginário mudar uma situação indesejável, expressa com mais eloquência nas altas taxas de evasão e repetência e no grande número de crianças fora da escola. Ao informar estes dados e refletir sobre as suas consequências sobre a sociedade, seu impacto na auto-estima das crianças e no seu elevado custo econômico criava-se o sentimento de indignação e intolerância com a situação e a partir daí se construía, para cada município uma visão de futuro diferente, que começava com zerar o número de crianças fora da escola, depois a repetência até chegar ao debate sobre o futuro desejado e a educação necessária para construí-lo. A receita é atenção aos conceitos de democracia, cidadania e participação e coerência no cotidiano do movimento.

3.4. Como alcançar abrangência e pluralidade

É condição do sucesso de uma mobilização que o tratamento do problema que ela quer solucionar deixe de ser uma preocupação dos círculos restritos de especialistas e das pessoas que atuam diretamente sobre ele para se tornar uma preocupação de um grupo maior e mais diversificado, que vai trazer novas visões que contribuirão para romper com verdades estabelecidas. É preciso que se instale um novo debate, com novos atores.

Um processo de mobilização não pode ter donos. A melhor forma de evitar que ele seja apropriado ou visto como de um grupo restrito, que manda e define seus rumos solitariamente, é assegurar as condições para que ele seja realmente de todos que dele quiserem participar.

Para isso é preciso:

?? que os “Produtores Sociais” que estão liderando o processo assegurem:

?? a livre circulação de informações;

?? a articulação e mobilização de reeditores do maior número possível de setores, o que contribuirá para colocar o movimento acima dos partidos políticos, das religiões, de todas as formas de divisão.

?? que os Reeditores estejam atentos para:

- ?? evitar nomear pessoas como dirigentes formais do trabalho. Às vezes é preciso designar pessoas como responsáveis por esta ou aquela providência, mas isso não dá a elas superioridade ou autoridade sobre as demais. A execução ou coordenação de tarefas é uma posição de ajuda ao grupo, que cada um pode assumir na medida em que se sentir necessário, disponível e capaz.
- ?? evitar polemizar e assumir atitudes hostis para com as pessoas que se mostrarem reticentes em relação às propostas e idéias apresentadas. Procurar conversar e convencê-las. Quando isso não for possível, buscar ampliar as discussões, evitando que elas sejam rotuladas de pessoas-problema, o que as afastaria ainda mais. Não permitir que as críticas e as dificuldades sejam personalizadas.
- ?? as propostas devem sempre refletir o que une as pessoas, não os seus pontos de discordância. O desafio é responder sempre, e de forma cada vez mais ampla, à pergunta: sobre o que estamos de acordo, apesar de nossas divergências? Esse deve ser o horizonte de ação do movimento.

3.5- Mobilização Social: um movimento sem donos

Não ter dono não significa não ser de ninguém, mas ser de todos. É ser público, no sentido de que convém e pertence a todos. Sendo de todos, no coletivo, não é de ninguém em particular.

A maioria dos problemas e dificuldades que surgem no decorrer de um processo de mobilização tem uma causa comum: alguém, uma pessoa ou um grupo, está querendo dominar o movimento, está assumindo a definição de seus rumos, está se tornando ou se sentindo “dono”, com mais autoridade do que os outros.

A solução nestes casos não é contrapor uma outra autoridade, mas ampliar, democratizar mais ainda o acesso e a participação, chamar mais gente, abrir mais o leque das alternativas de ações. Quanto mais o movimento for de todos e de muitos, menos espaço sobra para a ação de quem quer se apropriar dele, restringir a autonomia dos outros, se aproveitar dele para conquistar poder ou benefícios.

O essencial e o que tem que ser permanentemente preservado são os propósitos do movimento, ampliados ou não por deliberação autônoma e negociação entre os que dele participam e a liberdade de iniciativa de quem se propõe a contribuir para alcançá-los. Estes dois princípios são os pilares da mobilização e toda vez que alguém estiver “pecando” contra eles deve ser

alertado pelos outros, que devem procurar garantir o espaço dos que estão sendo afastados ou excluídos.

3.6- Um movimento sem hierarquia

A participação mais ou menos assídua, a contribuição mais direta, há quanto o tempo começou a participar, nada disso gera hierarquias e poderes.

Lembrando da “Campanha da Fome”: Algumas pessoas articularam, montaram e coordenaram um comitê em sua casa ou em sua empresa. Outras se dispuseram a participar de um comitê, reunindo-se a pessoas, identificando famílias a serem assistidas e ajudando a distribuir os alimentos arrecadados. Mas teve gente que não fez nada disso, mas doou dez quilos de alimentos, outros doaram só um quilo. Quem participou do movimento? Todos participaram e cada uma a seu modo foi igualmente importante. Os resultados não seriam alcançados se só existisse quem quisesse doar, e não tivessem a quem encaminhar para distribuir ou, ao contrário, se só houvesse organizadores de comitês e não houvesse doadores.

Essa é a riqueza no processo de mobilização: tem lugar para todo mundo e para cada um, de acordo com seu interesse e suas possibilidades. Não tem lugar é para o sentimento de culpa ou de inferioridade por estar participando pouco ou para a arrogância e o poder porque está participando mais.

Aqueles que, para o bom andamento do movimento, recebem missões ou tarefas específicas e se dispõem a cumpri-las o fazem para servir ao movimento e não para conquistar espaço ou poder, porque essas são para todos. O espaço e o poder coletivo do movimento crescem com cada nova adesão e sempre é possível garanti-los a todos.

3.7- A ampliação dos objetivos:

Depois que as pessoas descobrem a sua capacidade de agir, tendem a ampliar aquilo que o Produtor Social havia definido como objetivo do processo. Muitas vezes questionam a atuação dele próprio, querem um espaço maior de ação, interferir em assuntos que eram prerrogativa de poucos. O movimento ganha uma conotação reivindicatória. Paradoxalmente, este é um problema e é um dos sinais de sucesso de um processo de mobilização.

O Produtor Social e as lideranças do movimento vão ter que lidar com isso. Como? Vai depender de cada situação. É importante que eles não assumam uma posição de resistência e aceitem discutir as propostas. A regra geral é negociar, incorporar o que for razoável, acompanhar o crescimento do grupo. O critério para avaliar as propostas é verificar em que medida contribuem para os objetivos. É preciso não perder a objetividade e que o movimento se distancie dos resultados pretendidos.

3.8- As dificuldades com os especialistas

Um dos problemas mais freqüentes é a resistência que a participação de pessoas diferentes desperta naqueles que são os especialistas, que se sentem os donos do conhecimento sobre o assunto que se pretende tratar.

Essa é uma das mudanças que um processo de mobilização traz para uma sociedade e um dos motivos pelos quais ela se justifica. Os assuntos deixam de ter donos, de serem tratados de forma isolada de seu conteúdo mais global, de seu interesse social, de sua vinculação a um projeto de futuro.

Esse é um dos conflitos constitutivos da riqueza de um movimento. Introduz novas visões, amplia os horizontes e dota cada campo de atuação de critérios éticos, por isso mesmo externos a ele. É bom lembrar que não devemos temer os conflitos, que eles são parte dos processos democráticos.

O importante é respeitar as dificuldades desses especialistas em aceitar esta abertura. Não discutir com eles os aspectos técnicos; na maioria das vezes eles entendem mesmo do assunto e são eles que vão continuar trabalhando na área. Eles não devem ser ou se sentirem isolados, mas parte do processo. A sua participação é importante, só não podemos aceitar o imobilismo que decorre da postura de quem já sabe tudo, de quem já tem todas as respostas.

É importante procurar conversar com eles não como técnicos, mas como cidadãos. Tirá-los da posição que os isola e colocá-los como parte da sociedade, para que vejam no movimento não uma ameaça, mas uma oportunidade de ter sua atuação ampliada e valorizada. Afinal, é a utilidade, a eficácia e o reconhecimento que dão sentido ao trabalho e ao saber. É preciso que eles vejam no movimento um caminho para que sejam alcançadas as condições e os resultados que eles, sozinhos, embora sabendo quais são, não conseguiram alcançar.

Uma das coisas que ajuda nessa hora é a identificação de interlocutores respeitados e legitimados por esse público. É preciso mobilizar esses interlocutores para que eles funcionem como reeditores e contribuam para gerar um clima de aceitação e interação.

Lembre-se: A maioria dos problemas aparecem quando alguém quer ser dono, manipular e exercer autoridade sobre os outros, quando esquecemos o conceito de cidadão e os princípios da democracia. E aí a solução não é medir força ou contrapor outra autoridade, mas ampliar o movimento, abrir mais, dar espaço para que os conflitos apareçam e sejam negociados, lembrar os conceitos.

3.9- Quando alguém abandona o movimento

Um processo de mobilização tem que estar sempre aberto à entrada de novas pessoas que se interessem e se disponham a contribuir para seus propósitos. Um novo participante não é menos importante ou capaz que os outros. O fato de ter começado antes não confere autoridade a ninguém, ele apenas já viu mais coisas, tem mais informações e talvez domine um repertório maior de alternativas de ação. Por isso está mais seguro, o que o qualifica para ajudar o que está chegando, mas não a mandar nele ou fazê-lo sentir-se incapaz ou despreparado.

Da mesma forma que a entrada de novos participantes é natural, o desligamento ou afastamento de outros não deve se constituir em problema ou “trauma”.

Primeiro, porque é natural que aconteça. A mobilização é um movimento livre em que cada um goza de total autonomia, respeitados os seus propósitos, logo tem-se que aceitar que participa quem quer, enquanto quer.

Segundo, porque a base da mobilização é um consenso em torno de uma idéia que os participantes concordam em colocar acima das divergências, apesar delas. Pode ser que em um determinado momento estas divergências se acirrem e dificultem o entendimento e a ação conjunta.

Toda “deserção” é ruim e deve ser evitada. É importante que quem está se afastando tenha consciência do prejuízo que pode estar trazendo para todos, mas é fundamental respeitar a sua autonomia. Aceitar sua decisão e não permitir que seu desligamento se transforme em problema é uma forma de deixar a porta aberta para um possível retorno, em outro momento, em outras condições.

Por isso, não se deve aceitar provocações, caso venham a ser feitas, nem partir para o enfrentamento. Não fazer o jogo do “tudo ou nada”, não tratar como inimigo, nem aceitar para si este papel, são maneiras de preservar o movimento e seus resultados.

ANEXOS

ANEXO 1

AS 7 APRENDIZAGENS BÁSICAS PARA A EDUCAÇÃO NA CONVIVÊNCIA SOCIAL

Educando para tornar fazer possíveis a Vida e a Felicidade

José Bernardo Toro
Fundacion Social - Colômbia

1. APRENDER A NÃO AGREDIR O SEMELHANTE

Fundamento de todo modelo de convivência social

O homem é um dos poucos mamíferos que ataca e destrói seus semelhantes: conhece a tortura e é capaz de matar os seres de sua própria espécie. Os especialistas em comportamento animal (os etólogos) dizem que o homem tem um baixo nível de inibição genética frente à vida de seu semelhante. Isto o difere da maioria dos animais superiores que estão naturalmente inibidos de matar um outro ser de sua própria espécie.

Por isso o ser humano deve aprender e ser ensinado a não agredir, nem física nem psicologicamente os outros seres humanos.

A agressividade é natural e fundamental em todos os animais, incluindo-se o homem. É ela que gera a força para enfrentar as situações difíceis, abordar os problemas e empreender grandes propósitos: cuidar dos filhos, a pesquisa, a política, o trabalho pela justiça, etc. **No homem a agressividade pode converter o amor em hostilidade (ódio) pelo outro** e isso depende em grande parte dos ensinamentos e experiências que se tenha tido na vida.

O homem deve ser ensinado a não agredir seu semelhante (nem psicológica nem fisicamente), ensinado a orientar sua agressividade em direção ao amor, entendendo-se isso como uma “luta constante para fazer a vida possível”. **Não é ensinar-lhe a deixar o combate, mas sim perder a combatividade. A ser forte mas sem perder a ternura nem a compreensão pelo outro.**

A agressividade se converte em amor ensinando e aprendendo a conhecer o outro, o qual, sendo diferente, é plenamente humano como nós. **O outro, por ser diferente, pode ser complemento ou talvez opositor, mas nunca inimigo.**

Aprender a não agredir ao outro significa:

- ?? Aprender a valorizar a vida do outro como a minha própria.
- ?? Aprender que não existem inimigos; existem opositores com os quais podemos estipular regras para resolvermos as diferenças e os conflitos e lutar juntos pela vida.
- ?? Aprender a valorizar a diferença como uma vantagem que nos permita compartilhar de outros modos de pensar, sentir e agir.
- ?? Aprender a buscar a unidade, mas não a uniformidade.
- ?? Aprender a ter no cuidado e na defesa da vida o princípio maior de toda convivência.
- ?? Aprender a respeitar a vida íntima dos outros.

Não agredir ao semelhante é uma aprendizagem que devemos cultivar todos os dias da vida.

2 - APRENDER A COMUNICAR-SE

Base da auto-afirmação pessoal e social

A auto-afirmação pode ser definida como reconhecimento que os outros dão à nossa forma de ver, sentir e interpretar o mundo. Nós nos afirmamos quando o outro nos reconhece e ele próprio se afirma com o nosso reconhecimento.

Todo ato de comunicação (verbal, através de gestos, escrito, etc.) busca transmitir uma mensagem, uma forma de ver o mundo, que esperamos ser reconhecida pelos outros.

A primeira função da comunicação é a busca do reconhecimento, por isso a recusa à comunicação com o outro produz hostilidade e afeta sua auto-estima.

O meio básico da comunicação é a conversação, porque a palavra é um meio de comunicação totalmente autônomo e todos a possuem. **A convivência social requer aprender a conversar. Através da conversação podemos nos expressar, compreender, esclarecer, concordar, discordar e comprometer.** Em uma conversação autêntica, cada um busca convencer os outros, mas também aceita ser convencido; e é nesse propósito mútuo que se constrói a auto-afirmação de cada um e de todo um grupo. **Por isso a mentira compromete toda comunicação.**

A construção da convivência social requer o fortalecimento e a criação de espaços para a conversação: cafeterias e clubes onde os jovens possam conversar; espaços para que crianças convivam entre si, com os membros mais velhos de sua família e de sua comunidade. Espaços para que os governantes possam conversar com seus governados, as minorias com as majorias, etc. Sociedade que aprende a se comunicar de muitas maneiras sempre encontra formas de solucionar seus conflitos pacificamente.

A conversação em família é o primeiro espaço para se aprender a comunicar.

3 - APRENDER A INTERAGIR

Base dos modelos de relação social

Aprender a interagir supõe várias aprendizagens:

1. **Aprender a abordar os outros:** São importantes as regras de saudação e cortesia
2. **Aprender a comunicar-se com os outros:** Saber reconhecer o significado e mensagens dos outros e desejar que suas mensagens e sentimentos sejam captados. Saber conversar é saber decidir.
3. **Aprender a estar com os outros:** Perceber que os outros “estão conosco” no mundo buscando e desejando ser felizes como nós. Aprender a concordar e a discordar sem romper a convivência. Aprender a ceder e a aceitar que o outro ceda.
4. **Aprender a viver a intimidade:** Esta é a importância de aprender a cortejar e de aprender a amar.
5. **Aprender a perceber-nos e a perceber os outros como pessoas** que evoluem e se modificam nas relações mútuas, mas guiados por regras básicas universais: **os Direitos Humanos**. Isso significa aprender que qualquer modelo de convivência que construamos deve sempre respeitar os Direitos Humanos. Estes são os direitos de todos os homens anteriores a qualquer distinção, que precedem toda lei, religião, partido ou crença e que estão reafirmados na Constituição.

4 - APRENDER A DECIDIR EM GRUPO

Base da Política e da Economia

Aprender a conviver supõe aprender a sobreviver e a transcender-se e esses três propósitos fundamentais do homem (sobrevivência, convivência e transcendência) não são possíveis se não se aprende a consensar com os outros, interesses e o futuro.

Aprender a decidir em grupo implica em aprender que os interesses individuais e dos grupos existem; que os interesses formam parte constitutiva do ser humano e são um fator dinamizador da convivência social se aprendemos a negociá-los e a construir consensos sobre eles.

A negociação é a condição da decisão em grupo. **Podemos definir o consenso como a escolha de um interesse compartilhado que, ao ser colocado fora, faz com que oriente e comprometa a todos que o escolhem.** Podemos dar diversos nomes ao interesse que selecionamos:

propósito, meta, estatuto, ata, convênio, capítulo, contrato; e quando é uma escolha de toda a comunidade, chamamo-lo de constituição.

Uma verdadeira negociação supõe que aceitamos evitar ou recusar os interesses e propósitos que vão contra ou deterioram o que foi negociado.

Para que a negociação seja útil para convivência social, quer dizer, para que haja compromisso e sirva de orientação para o comportamento, é necessária a participação direta ou indireta de todos que ela vai afetar. Quando uma conciliação exclui alguém (pessoa ou grupo), este não se sente comprometido e buscará transgredir ou atacar o consenso.

O grau de convivência de uma sociedade depende de sua capacidade de conciliar interesses de uma forma participativa em todos os níveis: familiar, de ruas, de bairro, regional, nacional e internacional.

Toda organização social (escola, bairro, empresa, partido, clube, grupo, etc.) é tanto mais forte quando mais possa haver negociação e consenso de interesses mais elevados que comprometam, orientem e beneficiem à maioria.

Aprendendo a negociar e consensar em grupo pode-se chegar a aprender o maior nível: o do interesse geral ou bem-comum.

Por ser todo consenso um ato criado pelo homem, pode ser alterado ou modificado se os membros estão de acordo. Por isso, todo bom consenso (como toda boa constituição) estabelece regras para mudá-lo ou modificá-lo.

Quando se entende a importância da negociação e do consenso, entende-se a importância de conhecer e proteger uma constituição que tenha sido feita com a participação direta ou indireta de toda uma sociedade.

5 - APRENDER A SE CUIDAR

Base dos modelos de saúde e seguridade social

A saúde é um bem pessoal que se constrói ou destrói à base de comportamentos. A convivência supõe aprender a cuidar de seu próprio bem-estar físico e psicológico e dos outros, porque esse cuidado com o próprio corpo e com o corpo dos outros é uma forma de manifestar amor à vida.

Aprender a se cuidar significa também aprender a **criar condições de vida adequadas** para todos: moradia, alimentação, saúde, lazer, trabalho, etc. Se o outro não tem condições adequadas de vida, a convivência não é possível, porque a sobrevivência é condição para a convivência.

Aprender a se cuidar supõe:

?? Aprender a **proteger a própria saúde** e a de todos como um bem social (essa é a importância dos hábitos de higiene e dos comportamentos de prevenção).

?? Aprender e valorizar as **normas de segurança** industrial.

?? Ter uma **percepção positiva do corpo** a nível pessoal e coletivo como forma de expressão (a importância do esporte, da dança, do teatro, da ginástica, etc.).

Sem uma cultura de cuidado com o corpo e com as condições de vida, não é possível desenvolver um adequado sistema de saúde e de seguridade social: não é possível proteger a todos se cada um não sabe se cuidar.

Toda ética supõe uma ética de amor próprio; e o cuidado de si mesmo é a primeira premissa dessa ética.

6 - APRENDER A CUIDAR DO LUGAR EM QUE VIVEMOS

Fundamento da Sobrevivência

Aprender a conviver socialmente é antes de tudo **aprender a estar no mundo**. A convivência social é possível se aceitarmos que somos parte da natureza e do Universo e que não é possível ferir o planeta Terra sem ferirmos a nós mesmos. Se destruímos o planeta, para onde iremos?

Uma ética da convivência social supõe o cuidado com o lugar onde estamos: a biosfera.

Aprender a cuidar do meio-ambiente supõe não confundir riqueza com dinheiro. Para conseguir dinheiro estamos destruindo a riqueza: a água, o oxigênio, o ozônio, a mata tropical, a biodiversidade. Atualmente um dos maiores consensos que devemos construir é o do cuidado com o planeta. Para nós não é possível sobreviver se o planeta morrer e o planeta Terra não pode sobreviver como “nossa casa” sem o nosso cuidado.

A convivência social implica em educar nossos filhos em uma visão planetária da vida. Isto parece óbvio, mas não é fácil porque não nos sentimos como parte da natureza: ainda acreditamos que somos “donos” dela.

Aprender a cuidar do meio-ambiente onde vivemos significa:

?? Aprender a perceber **o planeta Terra como um ser vivo** do qual formamos parte, porque se o planeta morre morreremos também.

?? Aprender a cuidar, valorizar e defender o ar, o ozônio, as matas, a biodiversidade, a água, os minerais, as reservas naturais, etc. como a **verdadeira riqueza comum**, a qual não pode ser apropriada exclusivamente para benefícios particulares ou privados.

?? Aprender a **conhecer todas as formas de vida da natureza** e a forma como elas dependem de nós e nós delas; essa é a importância do conhecimento e da difusão pública das Ciências Naturais e das Ciências da Terra.

- ?? Aprender a **defender e cuidar do espaço público** das cidades e dos campos como os lugares onde os homens se encontram e se expressam como seres no mundo.
- ?? Aprender a **usar e controlar o lixo e os desperdícios**, valorizando a reciclagem do lixo como a melhor estratégia para proteger o ambiente e a vida.
- ?? Aprender a se opor à produção de resíduos que danificam o planeta e destróem a vida (resíduos atômicos, produtos não biodegradáveis).
- ?
- ?? Aprender a negociar os conflitos para **tornar a guerra um ato inútil e impensável**.

7 - APRENDER A VALORIZAR O SABER SOCIAL

Base da evolução social e cultural

Podemos definir o saber social como o conjunto de conhecimentos, práticas, aptidões, destrezas, procedimentos, valores, símbolos, ritos e sentimentos que uma sociedade julga válidos para sobreviver, conviver e projetar-se (transcender-se).

Todo saber é criado pelo Homem, é um produto cultural e, como tal, tem forma de ser produzido, acumulado, transferido e difundido. E, como qualquer produto humano, é passível de modificar-se, deteriorar-se ou desaparecer.

Na sociedade há dois grandes tipos de saber:

1. **O saber cultural:** Produzido através da prática diária ou da observação comunitária dos fenômenos, o qual se acumula e se aperfeiçoa ao longo de largos períodos de tempo; transmite-se dos mais velhos aos mais novos nas rotinas de trabalho, na vida diária e geralmente de forma oral; conserva-se na memória dos mais velhos nas tradições e nos rituais. A esta categoria pertencem saberes tão importantes como os hábitos de criança, as formas de arrumar a casa, os costumes à mesa e a comida, as formas de cortejar, a formação de valores, etc.
2. **O saber acadêmico:** Produzido através de metodologias internacionalmente reconhecidas (método científico), classificado em disciplinas; acumulado através de livros, textos, revistas, bases de dados, etc. A este grupo pertencem as ciências conhecidas: Física, Química, Economia, Psicologia, etc.

Todos os dois saberes são importantes para a convivência social porque é no saber social (cultural e acadêmico) que o homem evolui enquanto homem. O que chamamos de natureza humana não é algo definido, a priori o ser humano se faz e evolui na cultura e no saber acadêmico nos quais lhe toca viver.

O conhecimento e contato com os melhores saberes culturais e acadêmicos de cada sociedade produz homens mais racionais, mais vinculados à história e à vida cotidiana da sociedade e, portanto, mais capazes de compreenderem os benefícios e possibilidades da convivência social.

Para isso é importante:

- ?? Que a nível familiar e local, **as crianças mais jovens conheçam o significado e origem das tradições e costumes de sua comunidade.** Isso as vincula à sua história e à vida cotidiana.
- ?? **Que o ensino da História** seja o ensinamento das formas pelas quais os diferentes grupos sociais cuidaram e construíram as atuais formas de convivência (com seus acertos e suas falhas). Isso lhes confirma que toda convivência é construída e criada pela vontade dos próprios homens.
- ?? **Que todos os professores tenham uma profunda mentalidade democrática moderna**
- ?? Trabalhar por um sistema educativo muito produtivo e de qualidade, para que realmente as crianças e os jovens possam adquirir os melhores conhecimentos, aptidões e valores que a sociedade possui. **Um sistema educativo efetivo e de qualidade é um fator positivo de convivência, porque produz pessoas seguras de si e equilibradas psicologicamente e socialmente.**

ANEXO 2

A ESCOLA: O PRIMEIRO ESPAÇO DE ATUAÇÃO PÚBLICA DA CRIANÇA

Critérios e Observações para a formação de Hábitos Cidadãos

Martha C. Rodriguez G.

Fundacion Social- Bogotá

1- A ESCOLA: MESTRA DA CONVIVÊNCIA E DA DEMOCRACIA

A construção da democracia e da convivência social requer a formação e o desenvolvimento de uma “mentalidade democrática” nos indivíduos. Essa mentalidade democrática, chamada ETHOS DEMOCRÁTICO, é a que permite sentir, pensar e atuar democraticamente, a nível individual, grupal e social.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel vital:

?? A escola é a primeira instituição da sociedade, na qual a criança atua autonomamente como ser individual e social. Durante a vida escolar a criança forma suas primeiras idéias acerca da sociedade a qual pertence.

?? A escola, como espaço para a formação para a vida das novas gerações, é, por excelência, um espaço de formação de sentidos. Os que a procuram dispostos a aprender, em geral, permanecem nela vários anos.

Os sentidos para a vida, que as crianças e jovens adquirem durante sua formação, são, em boa medida, produto de todo o conjunto de sua vida escolar: as experiências de aprendizagem, as rotinas da escola, os tipos de relações interpessoais que se dão em todos os níveis, com os colegas, com os professores, com os dirigentes; as oportunidades reais de desenvolvimento e fortalecimento de seu ser individual e social.

Não é possível formar “mentes vencedoras” em ambientes que conduzem ao fracasso; nem “convivência social” onde se promove o individualismo; nem “mentalidade democrática” em relações autocráticas.

?? A partir da escola, pode-se exercer uma influência real sobre as famílias dos alunos e sobre a comunidade. A formação de sentidos e habilidades para a convivência social será uma tarefa mais difícil se não se envolvem os adultos que se relacionam com as crianças e os jovens.

?? A escola, como instituição, tem presença real em todos os municípios do país e conta com um alto reconhecimento social: quase todos os filhos de uma sociedade, sem distinção de classe, em algum momento de suas vidas, passam por ela.

Essa potencialidade que tem a escola, como instituição nacional reconhecida, na geração de processos que fortaleçam as mudanças positivas que estão acontecendo no país, demarca a seguinte proposta: se em todas as escolas do país, os diretores e os professores assumem simultaneamente o propósito e o compromisso de formar, desenvolver e fortalecer em seus alunos mentalidades e destrezas para a convivência social e a democracia, cada um com a certeza de que em muitos lugares, muitas pessoas estão fazendo o mesmo para alcançar o mesmo propósito, talvez possamos conseguir viver no ambiente de paz e convivência que tanto desejamos.

Se se aceita que a escola é o primeiro espaço de atuação pública da criança, são os professores dos primeiros anos de vida escolar que têm em suas mãos a possibilidade de conduzir e apoiar, com o enfoque democrático e de convivência, a passagem da vida íntima ou privada na família para a vida social ou pública na escola.

Nas partes seguintes, são sugeridas aos professores algumas observações, critérios e atuações úteis para que contribuam para esses propósitos.

2- DA VIDA ÍNTIMA FAMILIAR À VIDA PÚBLICA ESCOLAR

Quando a criança ingressa na escola, deve enfrentar e aprender a manejar uma variedade de situações e coisas novas, geralmente desconhecidas para ela. Até então, a criança havia dedicado toda a sua vida a conhecer, adaptar-se e manejar seu mundo, sua realidade: o ambiente no qual lhe tocou viver. Esse mundo, em alguns casos, é limitado; em outros, é mais amplo; mas, por amplo que tenha sido, ela o viveu com alto grau de intimidade. Foi crescendo, desenvolvendo-se, auto-afirmando-se sob o amparo, condução e proteção de sua família.

Pode-se dizer que ao matricular a criança na escola pela primeira vez, está se dando a sua primeira apresentação à sociedade. A partir de então, além de atuar no nível familiar, ela começa a atuar no nível social: começa sua atuação pública.

O ingresso na escola marca uma mudança brusca nas rotinas de vida da criança: é a passagem da vida íntima para a vida pública. Isso lhe obriga a adquirir rapidamente novos conhecimentos, novos comportamentos e habilidades, novas formas de relação e a aceitar novas regras de jogo em todos os níveis, porque muda toda sua referência de vida. Antes, sua referência era sua família (poucas pessoas); agora é um grupo social mais amplo onde

contam todas as pessoas que o constituem e que são estranhas à sua intimidade: os professores, o diretor, muitas outras crianças de diversas idades.

Vejam algumas das mudanças que, no cotidiano das crianças, produzem o ingresso à escola:

?? **Amplia o âmbito de atuação da criança:** Tem que atuar em lugares desconhecidos onde há regras específicas de comportamento: a aula, o pátio do recreio, a Secretaria, a Diretoria, a biblioteca, etc.

A criança, que já desenvolveu destrezas para conviver e interagir em locais de uso e desfrute privado (sua casa), tem agora que desenvolvê-las para conviver e interagir em lugares para uso e desfrute coletivo ou comunitário. Assim se inicia seu conhecimento, compreensão e uso adequado dos espaços públicos.

Um passeio com os alunos, no início do ano escolar e periodicamente, por todas as dependências da escola, na qual o professor explica claramente às crianças porquê cada uma das dependências é importante para a comunidade escolar. Seu cuidado e bom manejo não só permitem às crianças ver com clareza as regras de comportamento esperado em cada lugar, mas também vão introjetando conceitos como o bem-comum, a igualdade de direitos e deveres no uso dos espaços públicos, a existência de regras para todos, etc.

Através da orientação do uso e desfrute coletivo do espaço escolar, os professores formam seus alunos na valorização, no respeito e no comportamento cívico, nos espaços públicos da sociedade: a criança que aprende a valorizar e cuidar do pátio de recreio de sua escola, sob esse enfoque, valoriza e cuida também de um parque público.

Os professores têm muita experiência em envolver os alunos no cuidado e decoração dos espaços escolares; a compreensão da escola como espaço público, por parte de professores e alunos, dá um sentido democrático a essas ações.

A conservação e o cuidado com os espaços públicos, para uso e desfrute coletivo, são comportamentos sociais básicos para convivência e democracia.

?? Introduce ao manejo diário e cuidadoso de objetos e materiais novos. Os livros, os cadernos, os lápis de cor, os materiais de escola, o quadro e o giz, a mesa de trabalho, etc., alguns de uso pessoal, outros de uso coletivo.

Na vida familiar, a criança teve a experiência de possuir alguns objetos para uso exclusivo, especialmente seus brinquedos. Se tem irmãos, deve tê-los emprestado, foram devolvidos ou foram compartilhados, segundo sejam as regras de cada família a esse respeito. Mas, cada um sabe de quem é determinado brinquedo.

O importante neste ponto é que, ao chegar à escola, a criança inicia o uso de objetos e materiais que não pertencem a ninguém em particular: são da

escola. Existem para o uso de todos, pertencem a todos. Algumas crianças usaram-nos antes que ela e outros usá-los-ão no ano seguinte.

Os docentes, na orientação sobre o uso de materiais da escola, podem formar e fortalecer nas crianças o significado do bem-comum: tanto os espaços como os objetos de uma sociedade fazem parte do bem-comum de cada sociedade. Também podem transmitir o sentido histórico da sociedade, mostrando como os espaços, bens e serviços sociais que hoje desfrutamos constituem o patrimônio que as gerações anteriores nos deixaram e a responsabilidade social que temos para conservar, cuidar e enriquecer o bem-comum de nossa sociedade, para uso e desfrute das gerações vindouras.

A criança aprende desde pequena a utilizar, desfrutar e conservar os espaços e os objetos de uso coletivo e a percebê-los como parte do bem-comum da sociedade. Aprende, assim, a não tentar se apropriar daquilo que pertence a todos.

Conduta que hoje reprovamos como: danos a veículos de serviço público, aos telefones públicos, às instituições do Estado, aos lugares públicos de recreação, à contaminação da água e ambiente; à destruição de florestas e bosques para benefícios privados são claros indicadores da necessidade de gerar em nossas crianças e jovens um profundo sentido do bem-público.

?? **Estabelece rotinas de vida diferentes.** Na escola existe tempo para tudo: para brincar, para merenda, para o trabalho individual, para o trabalho em grupo, para arrumar suas coisas, para escutar, para comunicar-se...

Para o estudante, mudam também as rotinas em casa. Agora, é necessário dedicar tempo para o estudo em casa, é preciso deitar-se e levantar-se mais cedo, as tarefas interferem nos brinquedos com os irmãos ou com os amigos. Agora, a criança precisa do apoio dos pais e dos irmãos maiores para fazer seus trabalhos escolares.

Uma das maiores alterações na cotidianidade da vida das crianças, na mudança da vida familiar para a escolar, é o uso estruturado do tempo. Orientar as crianças na organização para o uso útil e estruturado do tempo, tanto para o trabalho escolar como para a vida familiar e o lazer, é de grande importância para formar adultos produtivos...e a **convivência, como a democracia, requer homens e mulheres produtivos cultural, social e economicamente.**

Um aspecto esquecido com frequência pelos adultos é o fato de que os estudantes cumprem um papel social: estão se preparando para a vida produtiva. E isso é o que lhes cabe fazer. Em termos sociais, o estudo é, para a criança e para o jovem, o que o trabalho é para o adulto.

Pode-se dizer que, nos primeiros anos da vida escolar, a criança tem fundamentalmente dois modos de vida e desenvolvimento: o brincar e o estudo. Respeitar esses modos de vida da criança é a base para incentivar nela o respeito pelos demais.

A convivência social só pode ser fundamentada sobre a base de um profundo respeito pelos demais. E isso só se adquire recebendo um profundo respeito dos outros.

Além disso, se a criança percebe que se realizam acordos entre a escola e a família para facilitar sua formação, poderá entender mais tarde o que significa a interação de instituições para o alcance de metas sociais comuns.

?? **Atribui responsabilidades diretas às crianças.** Responder por seus deveres escolares, fazer as tarefas de casa, entender as relações entre a escola e a casa; realizar, em grupo, os trabalhos encomendados pelo professor, etc.

O respeito pela vida do estudante faz com que a criança assuma com maior responsabilidade o desempenho de seu papel.

Negociar e consensar com as crianças as tarefas e responsabilidades que devem cumprir, relacionadas à sua formação, é uma maneira de prepará-las para tomar decisões, para o conhecimento de suas potencialidades e limitações, para aceitar as regras do jogo, os compromissos concretos e as consequências do descumprimento de seus compromissos.

Para que isso seja efetivo, requer-se que os professores e os adultos também respeitem os acordos e as combinações que tenham feito com os alunos.

Fazer a criança consciente de suas responsabilidades sociais, na escola, prepara-a para assumir responsabilmente os papéis sociais que deve desempenhar mais tarde; isso é muito importante para a construção de uma sociedade de convivência.

?? **Exige o estabelecimento de relações autônomas.** Com seus companheiros, com outras crianças da escola, com seus professores, com o pessoal administrativo e de serviços; com as pessoas da comunidade. Agora, ela tem que estabelecer e desenvolver essas relações como indivíduo autônomo (não mais como “o filho de Mercedes,...o de Pedro”).

A escola deve oferecer experiências e oportunidades para fortalecer, desde os primeiros dias, a autonomia de cada um dos alunos. **A autonomia é a base para o comportamento democrático, a democracia exige a participação de todos; as pessoas que não desenvolveram uma grande autonomia dificilmente conseguirão participar ativamente dos processos sociais e assumir posições claras nos momentos de obscuridade e conflito.**

O ingresso na escola marca o início da participação social autônoma da criança. A criança agora ingressa, como membro ativo, em diversos grupos nos quais deve participar com autonomia: sua “turma”, ou grupo de amigos, os grupos de trabalho, o esporte, seu curso, sua série, sua escola. Cada grupo tem seu próprio sentido (o que lhe dá identidade), seus próprios propósitos e metas (o que o convoca), suas próprias regras de jogo e

comportamentos típicos (o que se compartilha), seus próprios produtos (o que o relaciona com os demais).

A participação, ativa e simultânea, das crianças em diversos grupos, é a melhor oportunidade que os professores têm para a promoção das aprendizagens e comportamentos básicos para a convivência e a democracia..

A introdução de critérios democráticos como base para a dinâmica de grupos diversos é a melhor orientação que os professores podem oferecer: a negociação, a combinação e a busca de consenso nas regras de jogo válidas para todos; os conceitos de equidade e de igualdade de oportunidades de participação para todos; o respeito e a possibilidade de atuação autônoma para os que divergem: o direito à diferença, etc.

Como se pode ver, a partir dos pontos aqui tratados, o ingresso na escola constitui todo um desafio para a criança. Deve penetrar, cada vez com maior autonomia, no mundo social e no mundo dos adultos. Isso implica: aprender a tomar decisões, resolver os problemas por si mesmo, aprender a tomar parte ativa em diversos grupos, entender e respeitar as idéias e os sentimentos dos demais, compreender e manejar os sentimentos próprios, assumir responsabilidades como ser individual e social...e é isso que o vai convertendo em cidadão.

3- OS PROFESSORES E A FORMAÇÃO DE MENTES DEMOCRÁTICAS

A formação de mentes democráticas em nossos alunos requer algo mais que a vontade e o desejo. É imprescindível que assumamos certas atitudes e opções para que os esforços que realizamos possam alcançar esse propósito:

1. Adquire-se a atuação democrática atuando democraticamente.

Um dos princípios básicos da Democracia é que seu exercício é o único caminho para sua construção: o cidadão aprende a sê-lo exercendo a cidadania; a participação individual e grupal só é possível participando; a democracia só se constrói com todos construindo-a cotidianamente.

Como professores, é fundamental que tenhamos consciência do impacto que têm sobre as crianças as nossas atitudes, nossos valores, a coerência entre o que pensamos, o que decidimos e o que fazemos, a forma como nos relacionamos com elas, as oportunidades e o apoio que lhes damos.

Devemos ter sempre em mente que as crianças estão nos observando continuamente para aprender conosco sobre o mundo, a sociedade, a família, a escola, etc.; e que assim formam os modelos que reproduzirão mais tarde.

Tudo que fazemos e tudo que decidimos tem algum efeito, positivo ou negativo, nas crianças. Por isso, é importante que nós, os adultos, cuidemos de maneira consciente e permanente do tipo e qualidade das relações que

estabelecemos com as crianças. Isso é especialmente certo para os professores, a quem as crianças vêm como seus mestres na arte de conhecer e de viver.

As estratégias e experiências que estipulamos, todos os esforços que envidamos para gerar em nossos alunos uma mentalidade democrática e de convivência serão em vão ou terão pouco efeito se em nosso comportamento cotidiano não atuarmos democraticamente.

A atuação democrática do professor é o principal fator de impacto na formação da mentalidade e habilidades democráticas e de convivência com os alunos.

O professor democrático promove a atuação democrática dos alunos porque sabe que só assim está construindo a democracia.

2 - A formação de autoconceitos positivos é a base da autonomia e da auto-afirmação.

Um dos principais efeitos que nossas atuações têm sobre as crianças é o conceito que desenvolvem de si mesmos: o autoconceito. Bem sabemos que a percepção que um indivíduo tem de si mesmo, o que pensa sobre sua inteligência, sobre suas potencialidades, habilidades e destrezas, sobre sua capacidade de amar e de se relacionar com os demais, vão se formando pouco a pouco, desde seu nascimento, a partir das vivências que têm e do carinho, respeito e reconhecimento que recebem das pessoas que as rodeiam. Cabe ressaltar a importância do papel que desempenham os pais e os mestres na formação de um autoconceito positivo ou negativo; são os adultos que mais influenciam na vida das crianças e dos adolescentes.

A seguir alguns dos aspectos que os adultos (professores e pais) democráticos devem cuidar para a formação de autoconceitos positivos nas crianças sob sua responsabilidade:

- ?? O reconhecimento, a valorização e o respeito pelo que cada criança é como pessoa, por sua forma de ser e por sua cultura.
- ?? O reconhecimento, a aceitação e o respeito pelos seus sentimentos e a forma de pensar.
- ?? A confiança que adquire pelo respeito às suas habilidades para lidar com seus próprios sentimentos e para solucionar seus próprios problemas.
- ?? O desenho de experiências escolares e sociais com sucesso, segundo as capacidades e possibilidades de atuação das crianças.
- ?? A certeza de que podem confiar em você, que você sabe escutá-las e conversar com elas.
- ?? Impedir qualquer tipo de desvio, julgamento de valor ou crítica sobre o que algumas crianças são, sentem, pensam ou fazem e evitar os conceitos sobre o que “deve” ser, sentir, pensar...
- ?? Ressaltar as melhores qualidades e habilidades de cada criança e explicar a importância social da diferença em qualquer grupo social.

Um autoconceito positivo, cultivado desde os primeiros anos de vida, é a base da autonomia, de uma personalidade definida e forte, de uma posição positiva frente à vida.

Um autoconceito positivo é a base para o respeito por si mesmo e pelos demais: é fundamental para a participação e convivência social. As pessoas que gozam de um autoconceito positivo são mais produtivas, podem projetar-se mais fácil que os demais e são mais úteis à sociedade.

O professor democrático propicia a formação de autoconceito positivo em todos e cada um de seus alunos, porque entende a fundo a interrelação existente entre os seguintes conceitos: autoconceito positivo - autoafirmação - autonomia - autodeterminação. Esta última constitui um dos conceitos básicos da democracia.

3 - A participação social é o modo de vida da Democracia.

A formação para a participação social, como a vida social mesma, exige alguns desenvolvimentos e aprendizagens fundamentais para a convivência:

?? **Desenvolver pessoas maduras e autônomas**, capazes de enfrentar e resolver problemas, de expor e defender suas idéias e propostas; também capazes de cometer erros, reconhecê-los e retificá-los. Pessoas capazes de expressar o que sentem e de respeitar os sentimentos dos outros.

A autonomia, intimamente ligada ao autoconceito, não se desenvolve de um momento para o outro, nem quando se é adulto. Só a prática, desde tenra idade, de por em questão e provar tudo o que se é pode desenvolver no indivíduo essas capacidades que definem seu nível de autonomia e maturidade. Para as crianças e adolescentes, a escola constitui o principal campo de prática: ali passam a maior parte de sua vida.

?? **Aprender a valorizar e respeitar a diferença.** Com freqüência diz-se que não há duas pessoas iguais. Sem dúvida, com a mesma freqüência, a diferença é castigada individual ou socialmente: na vida diária vemos como rompem-se relações, declaram-se inimizades e relega-se ou se ridiculariza-se alguém só porque existem diferenças na forma de agir, de sentir ou de pensar.

Se se aceita que na escola as crianças iniciam sua participação social autônoma, é precisamente ali onde a criança terá consciência da diferença e aprenderá a valorizá-la e respeitá-la. Entenderá, sob a orientação de seus mestres, que é justamente a diferença que enriquece e faz possível a construção e crescimento dos diferentes grupos dos quais participa.

?? **Aprender a valorizar a cultura e as diferenças culturais.** Uma das diferenças maiores e mais sutilmente atacadas é a diferença cultural. A cultura a que se pertence determina o modo de vida: a forma de pensar, de falar, de vestir, de sentir, de celebrar, de relacionar-se, a forma como

se faz a comida, a organização e os papéis familiares. O conjunto de valores, crenças, símbolos e sentimentos, válidos para uma comunidade específica, está totalmente enraizado na cultura e se transmite, na vida cotidiana, de maiores a menores.

A estatura e a compleição física, a cor da pele, dos olhos e do cabelo estão determinados pelo grupo étnico ao qual se pertence.

Aprender a valorizar a própria cultura; conhecer, valorizar e aprender a respeitar outras culturas, desde a escola, é especialmente importante em nosso país, dada a quantidade de raças e grupos culturalmente distintos que formam a nação. **Numa democracia não se pode conceber categorias de cidadãos. Todo brasileiro é cidadão e tem direito a participar socialmente, em igualdade de condições.** (o texto original dizia “todo colombiano...”)

?? **Aprender a negociar as diferenças e os interesses individuais e de grupo.** Numa democracia, a participação social consiste na prática permanente da negociação de diferenças e interesses, para o benefício e bem-estar da maioria. A criança deve aprender, desde pequeno, que nem sempre pode impor sua vontade, sua forma de pensar, suas idéias, seus gostos ou seus interesses.

Ao atuar em diferentes grupos, acertadamente orientados pelos professores, as crianças vão interiorizando várias compreensões:

?? Aprendem que **em um grupo, os interesses e propósitos comuns são mais importantes que os individuais.** Vão aprendendo assim a negociar expectativas características e individuais em favor do grupo e a trabalhar por propósitos comuns.

?? **O valor da meritocracia.** As crianças são excelentes para designar tarefas segundo as capacidades de seus companheiros e para aceitar responsabilidades que, sabem com segurança, que podem cumprir. Essa é uma habilidade que um professor competente cultiva em seus alunos. Assim, as crianças exercitam a valorização do saber, das habilidades e as destrezas próprias e alheias; aprendem a ceder a vez a outros e a negociar com possíveis líderes que vão surgindo segundo o desenvolvimento dos grupos.

Uma sociedade que valoriza a meritocracia gera indivíduos que se esforçam por ser cada dia melhores. Se esse esforço é compartilhado e realizado por muitas pessoas ao mesmo tempo, a vida e os processos próprios de cada sociedade serão melhores a cada dia: por isso pode-se assegurar que o cultivo da meritocracia, como valor social, é fonte de Ética.

?? **O valor da tolerância e da negociação para preservar a diferença.** A diferença que existe em uma sala de aula ou em uma escola permite aos professores planejar experiências nas quais os alunos exercitem, de forma natural, o respeito à diferença, à tolerância, à negociação de

interesses e pontos de vista, à busca de consensos e o compromisso que, para todos, representa a vontade da maioria. Isto é negociação.

Negociando, a criança descobre que o consensar vontades gera obrigação e deve orientar as ações de todos, segundo o acertado ou combinado. Negociando, a criança aprende a ser tolerante; descobre que a tolerância se dá e se recebe, que ela é fundamental para a convivência harmônica e pacífica.

Ao exercitar a negociação, a criança vai descobrindo que a variedade na diferença é o que permite construir grupos fortes; grupos que crescem e avançam rapidamente; aprende que o respeito e a tolerância consigo mesmo e com os demais é o que faz possível a negociação de interesses, em igualdade de condições.

Pouco a pouco, nesse exercício, a criança vai adquirindo sabedoria e segurança para avaliar quando ceder e quando não ceder, como defender suas idéias sem atropelar, sem atacar ou menosprezar as idéias dos demais. Aprende a respeitar as idéias e os sentimentos de cada pessoa, aprende a aderir às boas idéias de outros e a se empenhar em propósitos comuns. Aprende a conhecer e respeitar seus limites e os dos demais. Isso quer dizer que aprende a prática da tolerância e a valorização da negociação como uma forma de alcançar e conservar a convivência.

ANEXO 3

DECISÕES PARA O ÊXITO ESCOLAR

O que ensinam a experiência e a pesquisa em educação

Jose Bernardo Toro A.

Martha C. Rodriguez G.

Fundacion Social- Bogotá

OS MELHORES PROFESSORES DO 1? E 2? ANOS A Melhor Decisão

1. As crianças que alcançam êxito escolar no primário geralmente continuam tendo êxito em todos os seus estudos, porque adquirem confiança e um autoconceito positivo, valorizam a aprendizagem e sua satisfação na escola aumenta.
2. Os diretores e professores sabem, por experiência, o que as pesquisas têm provado: **o êxito de todas as crianças no 1? e 2? anos está ligado à presença dos melhores professores no decorrer desses anos de estudo.** Alcança-se uma escola de sucesso educativo (onde as crianças aprendem) procurando garantir o sucesso nos dois primeiros anos do primário.
3. Quais as características dos melhores professores?
 - a) Têm um **conceito positivo de si mesmos e de seu trabalho.**
 - b) Têm sempre **expectativas positivas** acerca de todas as crianças. Sabem que todas elas querem aprender se o ensino é atraente e se são motivadas adequadamente.
 - c) **Não culpam a criança pelo fracasso:** sabem que se ela não aprende, podem estar faltando diversas coisas, inclusive no seu modo de ensinar. Procuram perguntar o que se passa e buscam novas formas de ensinar.

- d) **Dialogam com seus colegas e pede conselhos** quando têm problemas com os alunos e quando vêem que sua forma de ensinar não atrai as crianças.
 - e) **Busca participação ativa** dos estudantes durante a aula.
 - f) Usam a linguagem como um recurso básico do ensino: fazem perguntas que interessam aos alunos, sabem pedir exemplos, incentivam os estudantes a expressarem suas idéias, não os inibem quando expõem seus pontos de vista e **nunca ridicularizam seus alunos**.
 - g) Quando dão tarefas ou trabalhos, **asseguram-se de que todos os estudantes entendem o que se espera deles**. São professores que sabem que as tarefas são dadas para que os estudantes as façam com êxito.
 - h) **Sabem que as crianças se tornam indisciplinadas quando não estão aprendendo**. Conhecem o truque para manter uma boa disciplina na sala de aula: aulas motivadoras, bem planejadas e com muita participação.
 - i) Sabem **que os valores (cívicos, espirituais, artísticos, culturais, etc.) têm que ser cultivados, promovidos e respeitados**, mas, acima de tudo, desenvolvem-nos e fortalecem-os na vida diária da escola: na sala de aula, no recreio e em todas as atividades.
- a) **Entendem que o professor é aquele que almeja que todos tenham êxito escolar**. Sabe que se os alunos fracassam, ele, como profissional do magistério, está fracassando também.
4. **O Diretor é o principal definidor da educação** porque são suas as decisões e orientações que fazem possível o êxito escolar das crianças. E a obtenção do êxito escolar de todas elas tem duas conseqüências importantes: dá prestígio à educação (sobretudo à educação oficial) e eleva o prestígio dos professores.

DURAÇÃO E JORNADA DO ANO ESCOLAR: 170 dias maravilhosos. (Descontando-se os dias festivos)

1. Segundo o Decreto 174 de 1982, na Colômbia o ano escolar para as escolas primárias tem 190 dias, com uma duração de 4 a 5 horas diárias. Descontando os dias de festa, cai para aproximadamente 170 dias. Isso significa que uma criança teria 680 horas de estudo por ano, para jornadas de 4 horas diárias e 850 horas por ano para jornadas de 5 horas.

2. Nos Estados Unidos, o ano escolar é de 180 dias úteis e 6 horas diárias (1.080 horas de estudo por ano). Nos países europeus, uma criança estuda 220 dias entre 6 e 8 horas diárias (entre 1.320 e 1.760 horas por ano). No Japão, o ano escolar é de 264 dias e 8 horas diárias (1968 horas por ano).
3. **As pesquisas na educação mostram que o rendimento da criança está relacionado com a duração e jornada do ano escolar.** Isso se explica, já que um ano escolar longo e intensivo permite à criança alcançar um maior número de objetivos e permite ao professor apoiar melhor as crianças que têm dificuldades.
4. **Não basta que o ano escolar seja longo: precisa que seja intensivo e rico em experiências educativas para as crianças atingirem maior êxito na escola.**
5. Nas análises econômicas tem-se visto que **os países mais produtivos do mundo têm anos escolares mais longos e intensivos:** Japão, Dinamarca, Alemanha, Suíça, Suécia, etc. Isso é lógico se se sabe que alcançando alto rendimento na educação básica, desenvolve-se a autoconfiança nos estudantes e uma Ética maior no trabalho.
6. Como o ano escolar na Colômbia é composto de 4 a 5 horas diárias, para se obter maior êxito escolar das crianças é preciso aproveitar cada minuto desse ano escolar para o ensino. Repor sempre o tempo que se perde por razões imprevistas. Um adulto já educado pode perder tempo. Uma criança em formação não pode se dar a esse luxo. **O tempo da educação não é nosso, dos mestres, mas das crianças.**
7. **Quanto mais pobres são as crianças, mais importante é a duração e a qualidade do ano escolar,** porque a família não pode dar à criança o que a escola não lhe dá em termos de conhecimento e experiências educativas.
8. **Planejar cuidadosamente e aproveitar ao máximo o ano escolar é uma atitude que contribui poderosamente para o êxito escolar de todas as crianças.**

O AUTOCONCEITO DA CRIANÇA

Sempre esperando o melhor

1. O conceito que temos de nós mesmos (ou seja, o autoconceito) forma-se, em grande parte, segundo o conceito que os outros têm de nós. **Por isso, se uma criança cresce e estuda em um ambiente onde os professores e familiares que o rodeiam têm expectativas positivas sobre ela, ela se formará e crescerá com conceitos positivos de si mesma.**

2. As crianças querem sempre ser aceitas pelos adultos, por isso vivem observando o que dizem e fazem os adultos que as rodeiam para saber se é boa a expectativa que têm delas. A criança busca sempre fazer o que os adultos gostam para receber carinho e reconhecimento. **Como sempre, o bom exemplo é sempre o melhor meio para formar pessoas seguras.**
3. A criança vai à escola com um grande desejo de aprender para agradar a seus pais, seus professores e a si mesma. Ela espera que a escola a ensine e a apoie em sua formação. Por isso, **o sucesso escolar dá-lhe segurança em si mesma, porque assim ela pode responder a uma expectativa positiva que se tem sobre ela.**
4. **Nada se pode construir sobre uma educação fracassada.** Se a criança obtém êxito escolar, se pode se dar conta de que está aprendendo bem o que seus pais e professores esperam, é mais fácil formar seus valores de cooperação, serviço ao próximo, honestidade, lealdade, etc. **O trabalho pelo êxito escolar de todas as crianças facilita a formação de valores fundamentais.**
5. **Os educadores experientes nunca ridicularizam seus alunos, nem permitem que outros os ridicularizem. Eles sabem que a ridicularização torna as crianças inseguras.** Uma criança tem seu autoconceito afetado se na escola gozam ou debocham do seu modo de vestir e de falar, de seu físico, da cor de sua pele, de sua religião ou de sua origem cultural (camponesa, indígena, etc.).
6. Há diversas maneiras de contribuir para o fortalecimento da segurança e do autoconceito das crianças:
 - a) Ensinar-lhes e dar-lhes oportunidade de falar ou agir em público, de acordo com sua melhor habilidade: cantar, recitar, contar piadas, imitar, pintar, etc.
 - b) O esporte: que a criança possa participar do esporte que mais gosta (que é sempre aquele em que se sai melhor).
 - c) Distribuir entre as crianças pequenas responsabilidades a nível de sala de aula (para os menores) ou a nível de escola, de família ou de bairro (para os maiores).

Quando se dá uma responsabilidade a uma criança, é necessário assegurar-se de que ela tenha entendido exatamente o que se espera que ela faça.
 - d) Reconhecer e parabenizar as crianças pelas coisas que elas fazem bem feitas: suas aprendizagens, suas idéias, suas observações, seu relacionamento com os amigos, sua bondade, solidariedade, amor à verdade, etc.

7-Salas bem decoradas, bem preparadas e com alto índice de participação, instalações físicas limpas e adequadas, festas e celebrações bem preparadas com a participação das crianças, horários e programas que se cumprem formam crianças seguras porque aumenta sua satisfação nos estudos e a certeza de que estão fazendo algo importante. **Não podemos esquecer que a escola é para a maioria das crianças o primeiro contato que elas têm com uma instituição pública. Se essa experiência é positiva, no futuro a criança poderá valorizar e admirar mais as instituições e o país.**

O CADERNO:

A primeira obra literária da criança

1. Muitos de nós conservamos os cadernos que tivemos na escola. Com frequência, os educadores pedem a certos alunos os cadernos para usá-los como exemplo para outras crianças, para tê-los como mostruário ou para exibi-los ao supervisor ou em reuniões de professores. Tudo isso ocorre porque o caderno é um poderoso instrumento educativo: ali está a prova do que a criança pôde trazer, do que vem aprendendo e da forma como aprende.
2. Através do caderno os professores experientes se dão conta dos aspectos para os quais as crianças precisam de mais apoio e quais são os problemas que têm. **O acompanhamento dos cadernos é um grande instrumento para a avaliação da formação; ele mostra, a cada dia, que tipo de apoio a criança precisa para alcançar êxito escolar.**
3. **O caderno é um excelente meio para se comunicar com a família.** Ali pode-se anotar mensagens de estímulos à criança e à família. Pode-se também usá-lo, por exemplo, para que a família expresse as coisas que mais aprecia na educação que seu filho está recebendo, dê idéias para trabalhar junto à escola, anote recado ou histórias, conselhos que o pai ou a mãe querem deixar como lembrança para seus filhos e companheiros, etc.
4. Uma estratégia muito importante para que todas as crianças apreciem seus cadernos é **procurar que não haja competição no custo dos mesmos.** Se num mesmo curso algumas crianças têm cadernos muito caros (de espiral ou universitário) e outros têm cadernos normais, estes últimos não vão valorizar os seus. Nas escolas dever-se-ia ser exibido o tipo de caderno que está ao alcance de todas as crianças e não permitir outro tipo.
5. Os professores experientes conhecem muitas estratégias e maneiras de usar os cadernos de uma forma educativa e atraente. Por isso, as reuniões de professores e o trabalho em grupo para troca de experiências são a melhor sugestão para se encontrar usos para o caderno como meio de

comunicação com a família e como apoio à criança que precisa de textos.
Também os grandes escritores começaram num caderno.

AS TAREFAS ESCOLARES

A Escola vai à Casa

1. As crianças que têm tarefas escolares apresentam melhor rendimento que as que não têm.
2. Porém, as tarefas que contribuem para um melhor rendimento, que ajudam no êxito escolar, devem cumprir certas condições:

?? **Que a criança possa identificar o objetivo da tarefa ou do trabalho.**

Há ocasiões em que a criança não pode responder para seus pais e irmãos maiores a pergunta “para quê ou porquê está fazendo isso?”. Por exemplo, colorir. Se a criança pode responder “isso serve para escrever melhor” encontrará apoio e aprovação da família.

?

?? **As tarefas devem poder ser feitas a partir dos ensinamentos recebidos em classe.** Se se precisa de outras informações ou recursos, é necessário orientar às crianças sobre onde e como encontrá-los.

?

?? **Que os requisitos ou materiais necessários estejam de acordo com o nível sócio-econômico das crianças.** Nesse ponto tem-se que tomar certos cuidados. Às vezes passam-se tarefas que precisam de consultas em enciclopédias ou livros que geralmente as famílias pobres não têm, ou pedem-se coisas que para a família é difícil conseguir. Se isso acontece, a criança não pode fazer a tarefa, a família se dispõe com a escola e o autoconceito da criança é afetado.

?

?? **As tarefas onde as famílias podem participar são especialmente importantes.** Desenhar a família, entrevistar os irmãos ou amigos da família, trazer casos contados pelo avô, receitas da cozinha da mãe, etc. Essas tarefas estabelecem um diálogo entre a escola e a casa e permitem à criança perceber que estudar é importante (e dá importância).

?

?? Há tarefas de preparação para novas aprendizagens, tarefas que avaliam o conhecimento, que ampliam conhecimentos, ensinam a resolver problemas, tarefas para relacionar uns conhecimentos com outros, tarefas para ensinar à criança a buscar e indagar, por si mesma, novos conhecimentos. **Qualquer que seja o tipo de tarefas, devem ser sempre atrativas, que possam ser feitas com os conhecimentos e as instruções recebidas e que permitam à criança adquirir segurança no conhecimento.** Assim, as tarefas serão sempre uma ajuda para o êxito escolar.

3. Dar tarefas e não revisá-las é frustrar e desanimar a criança para a próxima tarefa. A criança sempre espera saber se faz as coisas bem ou mal e, se as

fez mal, onde está o erro. **A criança quer sempre acertar diante dos adultos.** Se um professor tem muitos alunos, dá tarefas curtas para ter certeza de que pode revisá-las ou traça formas para corrigir as tarefas em grupo.

4. Cada professor tem experiência e muitas idéias sobre como dar tarefas úteis e interessantes. Se os professores da escola ou do núcleo se reúnem para permutar suas experiências, podem-se obter formas de variar e enriquecer as tarefas em função do êxito escolar das crianças.

O GRUPO DE COMPANHEIROS E AMIGOS

Fonte de Valores

1. A pesquisa na Educação e Psicologia tem mostrado que **os companheiros e o grupo de amigos têm uma grande influência na formação de valores e comportamentos das crianças e dos jovens.** Por isso, os educadores e os pais de família devem dar especial atenção a esse fato para aproveitá-lo em favor da educação e da formação.
2. As crianças sempre sabem quais são os melhores alunos de seu curso e querem imitá-los. **Por isso, é conveniente distribuir os melhores alunos nos cursos para elevar o nível de rendimento.** Não é bom colocar as crianças de baixo rendimento no mesmo curso.
3. As crianças têm, pelo menos, três tipos de companheiros ou grupos de referência (que elas chamam de “turma”): os companheiros de curso, os de escola (que geralmente se reúnem no recreio ou na saída da escola) e os de quadra ou a “turma” do bairro. Esses grupos estão perfeitamente hierarquizados (as crianças são muito organizadas): sabe-se com certeza quem é o líder e o que os aproxima: o esporte, a força, o dinheiro, a festa (os passeios, etc.).
4. **Quando o ambiente escolar ou familiar é contraditório, é sinal que se recomenda uma coisa e faz-se outra. As crianças tornam-se descrentes, rebeldes e, às vezes, anárquicos. Isso acontece porque em seu interior forma-se uma confusão, não sabem como agir e acabam se rebelando, desconhecendo a autoridade do professor ou da família.** Às vezes organizam “turmas” para expressar esse inconformismo.
5. Observar esse comportamento das crianças no recreio e na saída da escola permite aos educadores saber quais são as crianças líderes fora da sala de aula e quais são os valores que estão unindo as crianças. Essa observação permite à escola saber como deve orientar sua educação sobre a formação dos valores.

6. A escola tem possibilidade de influir positivamente no comportamento das “turmas”.

?

?? Estimulando e premiando valores como a cooperação, o companheirismo, o serviço para o bem de todos, a lealdade, o esforço pessoal, etc. **Se esses valores são premiados, estimulados e reconhecidos, as crianças tenderão a formar grupos ou turmas em torno das crianças que possuem esses valores.**

?

?? Organizando atividades (levando-se em conta as “turmas”) em favor da escola, do bairro ou de alguma causa nobre.

?

?? Muitos objetivos de organização escolar (como o asseio, o cuidado com os bens da escola, a motivação para o esporte, a leitura, etc.) são mais fáceis de se obter se se formam comitês com os líderes das “turmas”.

7. **As crianças querem agradar os adultos em seus comportamentos. Mas, isso só é possível se na escola e em casa houver clareza sobre o bem que se espera deles e se as crianças vêem essas atitudes nos adultos. A criança distingue com muita nitidez o que é justo do que é injusto. As decisões arbitrárias fazem-na rebelde e anárquica. Ela espera que o bom seja premiado e o mau castigado adequadamente.**

OS TEXTOS ESCOLARES

A Alegria de Ler

1. A pesquisa educativa tem mostrado que o uso de textos didáticos nos setores pobres tem muitos benefícios:

?

?? **Crianças que têm livros alcançam melhor rendimento acadêmico do que aqueles que não os tem.**

?

?? **As crianças que têm livros adquirem maiores aspirações educativas e tendem a valorizar mais a educação e a escola.**

2. Como qualquer professor e pais de família sabem, o ideal é que todas as crianças possuam livros (matemática, línguas e ciências sociais, pelo menos). Sem dúvida isso é difícil para as famílias mais pobres. Por isso, criar em cada sala ou biblioteca livros para uso em aula é muito importante.

3. Que cada sala disponha de uma biblioteca. Isso é muito conveniente por várias razões:

?? A criança tem mais motivação para a leitura. Não basta que ela aprenda a ler. Se queremos ter depois um jovem e um adulto leitor, é necessário que

ela tenha contato físico diário com material impresso de todo tipo: livros, revistas, periódicos, lâminas, álbuns, contos, fotografias, fichas. Em suma, todo material impresso que as crianças gostem.

?? Se a criança está em contato diário com material impresso, começa a valorizar a escrita, procurará temas para impressionar e conversar com seus companheiros e seus pais e fará do livro, do texto ou do periódico uma cultura. Isso é muito importante se a família da criança não tem biblioteca.

?

4. Na pesquisa temos visto também que **as crianças que se acostumam à leitura livre em casa, a ler o que gosta, começam a ter melhor rendimento.** Às crianças que gostam de ler, mostrar de vez em quando livros que tenham fotos, ilustrações, letras grandes, que mostrem coisas raras, que tenham histórias curtas, etc. Os contos, as piadas, os álbuns são poderosos meios para incentivar a criança à leitura.
5. A seleção dos textos escolares merece atenção especial. **Um bom texto ajuda muito às crianças de aprendizagem lenta** (há crianças de aprendizagem lenta que são muito capazes) a complementar e aprofundar sobre o que se explicou em sala de aula e sobre as quais, por razões de tempo ou timidez, as crianças não perguntam. Um bom texto ajuda ao professor a dar tarefas melhores; faz as crianças se sentirem um estudante (por isso elas gostam de levar todos os livros e cadernos no primeiro dia de aula). **As escolas que trabalham para o êxito escolar são especialmente cuidadosas em selecionar livros bons e de baixo custo.**
6. Sem dúvida, não basta que as crianças tenham livros; é preciso que o mestre os use adequadamente para o ensino, para a consulta, as tarefas, as avaliações. **É muito útil para o intercâmbio de experiências entre os professores com relação à seleção de livros e suas diferentes formas de uso.**

A APROVAÇÃO AUTOMÁTICA:

O êxito é a nota

1. O Decreto 1469/87 sobre aprovação automática surgiu por uma razão fundamental: a pesquisa na educação tem mostrado que crianças que repetem o ano não melhoram seu rendimento, seu autoconceito é afetado negativamente (começam a se sentir fracassadas), perdem o interesse pela educação e os companheiros e a família subestimam suas capacidades; **por tudo isso é melhor promover às crianças que fazê-las repetir.**
2. Há países onde existe a aprovação automática ainda que não haja decretos que o regulamentem. **Nesses países o fracasso de uma criança é inadmissível,** sabe-se que a educação é para as crianças terem êxito. Por

isso, quando uma criança se atrasa e tem dificuldade, toda a escola e os professores dedicam esforços especiais para assegurar o seu êxito.

3. Na Colômbia a aprovação automática nasceu por Decreto, por isso diretores e educadores devem dar especial atenção para que todas as crianças aprendam oportunamente o que devem aprender; **se assim não fazemos, a aprovação automática se converte em uma farsa: estaríamos acumulando ignorâncias até o final do primário.**
4. Se todas as escolas colombianas trabalham pelo êxito escolar de todas as crianças, a **aprovação automática será um resultado natural desse trabalho** e poderíamos até esquecer o Decreto.
5. Ao eliminar as classificações, a aprovação automática nos obriga a dar uma grande importância à **evolução do processo, ou seja, observar todos os dias se as crianças estão aprendendo ou não o que temos nos proposto a ensinar.**
6. A evolução do processo é muito fácil de se dar se tomarmos várias medidas:
 - a) Planejar muito bem os objetivos educacionais, ou seja, definir o que queremos que nossas crianças aprendam cada semana do ano escolar.
 - b) Se sabemos com certeza o que queremos que as crianças aprendam cada semana, é fácil saber quais delas não aprenderão o que nos propusemos e quais aprenderão mais rápido. Isso nos permite buscar formas para apoiar as que se atrasam e ir levando o curso mais ou menos de acordo com os objetivos que propusemos. **Assim já não interessam as classificações, porque nosso interesse está em que todas as crianças atinjam todos os objetivos, ou melhor, uma aprendizagem real.**
 - c) Para poder dispor de mais tempo durante o ano para observar a aprendizagem das crianças e a apoiar aos que se atrasam, é necessário planejar, no princípio do ano, todas as aulas, se possível dia-a-dia ou semana-a-semana. Esse esforço inicial permite trabalhar com mais tranquilidade durante o ano.
 - d) Os professores facilmente distinguem as crianças que aprendem rápido. Se temos os objetivos bem definidos, semana-a-semana, podemos fazer as crianças que aprendem rápido a ajudar as atrasadas e assim levar o curso na direção do êxito. Se não há objetivos definidos e aulas previamente planejadas, é mais difícil.

ANEXO 4

Obs: Este quadro foi baseado no artigo “**Rede: Estrutura Alternativa de Organização**” de Chico Whitaker, publicado na revista Vida Pastoral, de novembro/dezembro de 1993.

	PIRÂMIDE	REDE
O que é	“As pessoas ou entidades se organizam em níveis hierárquicos, que se superpõem, cada nível compreendendo menos integrantes do que o nível que lhe é inferior. O conjunto se afunila a partir de uma base que pode ser mais ou menos ampla, para chegar a um topo, no qual pode se encontrar um único integrante: o “chefe”. A comunicação entre integrantes de diferentes níveis se faz verticalmente, de cima para baixo ou de baixo para cima, através dos níveis intermediários entre aqueles que se comunicam.”	“Seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum de seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um “chefe”, o que há é uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo.”
Quando usar uma ou outra forma de organização	“Quanto mais a realização dos objetivos de uma organização depende da ação disciplinada de todos que a integram, mais se tende a organizá-la em pirâmide, com seus níveis superiores comandando e controlando a ação dos inferiores.”	“Quanto mais a realização de um objetivo depende menos da disciplina que do engajamento consciente de todos na ação, menos cabe comandar e controlar o que os outros fazem ou deixam de fazer: tem que se contar é com a lealdade de cada um para com todos, baseada na corresponsabilidade e na capacidade e iniciativa de cada um.”

	PIRÂMIDE	REDE
Poder e Responsabilidade	<p>“O que a organização piramidal superpõe, de fato, são os níveis de poder de decisão e, com ele, a responsabilidade pela realização dos objetivos perseguidos. Esse poder e essa responsabilidade vão se concentrando, da base da pirâmide para o seu topo, de modo inversamente proporcional ao número de pessoas que se encontram em cada nível: na base muitos com pouco poder e menos responsabilidade, no topo poucos, com muito poder e muita responsabilidade.”</p>	<p>“Na organização em rede todos têm o mesmo poder de decisão, porque decidem só sobre sua própria ação e não sobre a ação dos outros. Não há dirigentes nem dirigidos, ou os que mandam mais e os que mandam menos: todos têm o mesmo nível de responsabilidade - que se transforma em corresponsabilidade na realização dos objetivos da rede.”</p>
Informação	<p>“Informação é poder. Nas pirâmides o poder se concentra, por isso também a informação, que se esconde ou se guarda para ser usada no momento oportuno.”</p>	<p>“Nas redes o poder se desconcentra, por isso também a informação, que se distribui e se divulga”. A sua posse não representa o poder concentrado. O poder, como a informação, é de todos.</p>
Democracia	<p>“O caráter mais ou menos democrático de uma organização piramidal depende do modo como são escolhidos os dirigentes e de como eles atuam, da frequência e do modo como seus dirigentes informam e consultam as bases, do caráter mais ou menos verdadeiro dessas consultas, do respeito que esses dirigentes têm pelas opções das bases, dos meios que essas dispõem para fazer chegar e valer sua vontade junto aos dirigentes.”</p>	<p>“O caráter mais ou menos democrático se mede pela sua abertura à entrada de novos membros, assim como à possibilidade de cada membro se desligar quando o considerar conveniente, sem que isso seja considerado um abandono ou traição. O seu funcionamento mais ou menos democrático é medido pela real liberdade de circulação de informações em seu interior.”</p>

	PIRÂMIDE	REDE
Como se dá a participação em uma ação coletiva	<p>Numa estrutura piramidal a participação pode ser:</p> <p>?? livre e consciente, quando as pessoas podem escolher entre fazer ou não parte da organização.</p> <p>?? manipulada e controlada, em que as pessoas se sentem como sujeitos mas de fato não o são.</p> <p>?? Imposta, em que os executores agem como objeto de uma decisão superior, da qual desconhecem as razões e o conteúdo.</p>	<p>“Numa organização em rede só pode caber a participação livre e consciente de seus membros. Se não existir esse tipo de participação, a rede tende a “lassear” e, pouco a pouco, a se desfazer. Ao contrário, se uma rede for “assumida” por um número crescente de seus membros, que coloquem a serviço da realização de seus objetivos sua capacidade de iniciativa e de ação, ela se adensa e se fortalece cada vez mais.”</p>
Como se inicia a ação	Quando uma voz de comando mobiliza a organização para agir.	Quando todos e cada um de seus membros começam, por decisão própria, a se mover, a atuar.

BIBLIOGRAFIA

- Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988? organização dos textos, notas remissivas e índices de Juarez de Oliveira - 6a. edição - São Paulo: Saraiva, 1992.
- CORDEIRO, Renato Caporalli - Da Riqueza das Nações à Ciência das Riquezas. São Paulo, Edições Loyola, 1995.
- FONSECA, Eduardo Gianetti - Vícios Públicos, Benefícios Privados. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- FRANKL, Viktor E. - O Homem à Procura do Significado Último in No Caminho do Autoconhecimento- São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1982.
- RODRIGUEZ G., Martha C.- La Escuela: el Primer espacio de Actuacion Publica del Niño - Santafé de Bogotá, Fundación Social - Programa de Comunicación Social, 1994.
- Simpósio Estratégias de Mobilização (1994: Brasília) Educação para Todos/Todos pela Educação - Brasília, MEC/UNICEF, 1994.
- SOUZA, Herbert e Carla Rodrigues- Ética e Cidadania. São Paulo, Editora Moderna, 1994.
- TORO, Jose Bernardo - La Construcción de la Nacion y la Formacion de Educadores en Servicio. Santafé de Bogotá, 1994. cópia xerográfica.
- TORO, Jose Bernardo - 7 Aprendizajes Básicos para la Educación en la Convivencia Social. Santafé de Bogotá, Fundación Social - Programa de Comunicación Social, 1993.
- TORO, Jose Bernardo - La calidad de la educación priméria- Medios de comunicación y comunidad civil: El proyecto "Primero mi Primário para Triunfar"- Boletin UNESCO- OREALC, n. 28, Santiago de Chile, 1992
- TORO, Jose Bernardo e Martha C. Rodriguez G. - Decisiones para el éxito escolar: lo que enseña la experiencia y la investigación en educación. Santafé de Bogotá, Fundación Social - Programa de Comunicación Social, 1993.
- WHITAKER, Chico - Rede: Estrutura Alternativa de Organização in Revista Vida Pastoral, nov/dez, 1993.

ÍNDICE

Parte I: Mobilização Social: Conceitos Básicos

- 1- O que é Mobilização Social.....
- 2- Horizonte ético da Mobilização Social.....
 - 2.1- Compreensão do conceito de Cidadania e dos princípios da Democracia.....
 - 2.2- Como se define a Dignidade Humana.....
 - Texto: Democracia é uma Decisão Ética.....
- 3- Para que a Mobilização Social.....
 - 3.1- Produtividade.....
 - Texto: Uma “Ciência da Riqueza”
 - 3.2- Participação.....
 - 3.3- O Conceito de Público.....
 - Texto: A Construção do Público a partir da Sociedade Civil como propósito da Intervenção Social.....

Parte II: Estruturação e Planejamento de um Processo de Mobilização Social

- 1- Dimensões básicas para estruturar um processo de Mobilização.....
 - 1.1- A explicitação dos propósitos- A formulação do Imaginário.....
 - 1.2- Os Atores que dão início a um processo de Mobilização Social.....
 - 1.3- Campo de Atuação.....
 - 1.4- Coletivização.....
 - 1.5- Acompanhamento de Resultados.....
 - 1.6- Uma experiência de mobilização social.....
- 2- Modelo de Comunicação para organizar, orientar e apoiar um processo de Mobilização.....
 - 2.1- O papel e as funções da Comunicação.....
 - 2.2- A Comunicação: uma Classificação.....
 - 2.3- A Comunicação Macroatencional.....
 - 2.4- As Redes de Comunicação Direta.....
 - 2.5- Os Meios de Comunicação De Massa.....
 - 2.6- A Linha da Comunicação.....
 - 2.7- O Papel dos Líderes.....

Parte III: Alguns Aspectos Que Devem Ser Levados Em Conta Em Um Processo De Mobilização

- 1- Como se desenvolve um processo de Mobilização.....
- 2- Como dar início ao processo.....
 - 2.1- Estruturação das redes de Reeditores.....
 - 2.2- Preparação de materiais.....
 - 2.3- O Momento da convocação.....
 - 2.4- Sistematizar e registrar.....
 - 2.5- Eventos e Campanhas.....
- 3- Lidando com algumas dificuldades.....
 - 3.1- Como romper com o fatalismo e a desesperança.....
 - 3.2- Como romper com “o costume com a ruindade”.....
 - 3.3- Como começar quando o Imaginário não está muito claro.....
 - 3.4- Como alcançar abrangência e pluralidade.....
 - 3.5- Mobilização Social: um movimento sem donos?.....
 - 3.6- Um movimento sem hierarquia.....
 - 3.7- A ampliação dos objetivos.....
 - 3.8- As dificuldades com os especialistas.....
 - 3.9- Quando alguém abandona o movimento.....

Anexos

- 1- Aprendizagens Básicas Para A Educação Na Convivência Social.....
- 2- A Escola: O Primeiro Espaço De Atuação Pública Da Criança.....
- 3- Decisões Para O Êxito Escolar.....
- 4- Rede: Estrutura Alternativa De Organização.....

Bibliografia